



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS  
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

EDJANE BERNARDO MARIZ

**EDUCAÇÃO SEXUAL: UMA REFLEXÃO SOBRE SUA INSERÇÃO NAS  
ESCOLAS**

SOUSA – PB

2019

EDJANE BERNARDO MARIZ

EDUCAÇÃO SEXUAL: UMA REFLEXÃO SOBRE SUA INSERÇÃO NAS ESCOLAS

Trabalho de conclusão de curso apresentado à coordenação de curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.: Ma. Vanessa Eidam

SOUSA – PB

2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE  
Biblioteca Setorial de Sousa UFCG/CCJS  
Bibliotecária – Documentalista: MARLY FELIX DA SILVA – CRB 15/855

M343e      Mariz, Edjane Bernardo.  
                Educação Sexual: uma reflexão sobre sua inserção nas  
                escolas. / Edjane Bernardo Mariz. - Sousa: [s.n], 2019.

                66 fl.

                Monografia (Curso de Graduação em Serviço Social) –  
                Centro de Ciências Jurídicas e Sociais - CCJS/UFCG, 2019.

                Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Ma. Vanessa Eidam.

                1. Educação Sexual. 2. Sexualidade. 3. Respeito a Diversidade.  
                I. Título.

EDJANE BERNARDO MARIZ

EDUCAÇÃO SEXUAL: UMA REFLEXÃO SOBRE SUA INSERÇÃO NAS ESCOLAS

Trabalho de conclusão de Curso apresentado à coordenação de curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

APROVADO EM: 11/06/2019

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Ma. Vanessa Eidam  
Orientadora

---

Prof<sup>a</sup>. Ma. Larissa Fernandes Sousa  
Examinadora

---

Prof<sup>a</sup> Ma. Mayewe Eliênia Alves dos Santos  
Examinadora

Aos meus filhos: Giovanna, Rodrigo e aos  
gêmeos: Rafael e Gisele

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado perseverança, saúde e sede de conhecimento, fatores que me fizeram persistir nesse sonho antigo: o diploma de um curso superior, algo que ao longo dessa jornada torna-se pequeno frente aos valores e conhecimentos adquiridos no âmbito educacional. Em especial os valores do respeito a cada indivíduo aliado ao entendimento da diversidade, o conhecimento crítico e analítico do capitalismo e as amizades que proporcionaram inúmeras risadas, as quais aliviavam os pesados fins de períodos.

Agradeço imensamente a duas pessoas que me ajudaram com esse sonho, o primeiro é meu sobrinho Jonas Alves que me incentivou, já que pela segunda vez havia feito o Enem apenas por teste de conhecimentos e dessa vez ele não permitiu que eu deixasse essa chance passar. O segundo é Eugênio Rodrigues que segurou as pontas com as despesas da casa e dos filhos, sem ele eu não teria como chegar até aqui, agradeço imensamente.

Minha querida amiga Vanuza que me encantou com seu jeito doce, paciente e cheio de amor, quero dizer que levo comigo um pouquinho do seu jeito e agradeço a Deus por encontrar pessoas assim como você porque eu consigo extrair e absorver, nem que seja um pouquinho, mas de grande valor, os exemplos lindos como o seu. Vou sentir muita saudade de você e do nosso amado grupinho das risadas: Michelle, Suzana, Kaliane e Matheus. Meu Deus! O que seria de mim sem vocês e as crises de risos? Garanto que não teria suportado os dias difíceis.

As amizades firmadas são realmente de grande valor e tenho ainda pessoas queridas para citar como Elma que entrava no ônibus e já guardava meu lugar não posso esquecer gestos como esse, sem falar no cuidado e preocupação. Luan (meu Luanzito) passamos momentos bons no estágio, também ouviu muito dos meus problemas, é um querido. Maria Siqueira que aprendi a gostar (rs) eu sempre digo: se não gostar de alguém de primeira dê uma segunda chance, pode dá certo. Valéria, a rainha do deboche, costumo dizer que quando ela está com raiva briga até pelas mãos (rs). Fábria, Glaucia a rainha dos memes, enfim, amei conhecer e passar minhas manhãs com vocês.

Agradeço aos professores iniciando por Da Luz que abriu meus olhos em relação ao preconceito existente no início da graduação, carga adquirida da aproximação patriarcal/conservadora e graças a sua forma doce e compreensiva de ensinar proporcionou outra visão de mundo, a Wesley o prof queridinho, Cibelly,

Luan, Mayewe, Gláucia, Paloma, Larissa, Juliana, Regis, Tati, André (o malvado favorito rs, gosto muito). Minha querida e adorável orientadora Vanessa Eidam vou sentir saudades de todas/os e obrigada por tudo.

Quero além de agradecer também expressar o meu amor aos meus pais: Ednaldo e Maria, meus irmãos: Edmara, Elder e Gercino. Meus queridos e amados filhos: Giovanna, Rodrigo, Rafael e Gisele desejo que vocês também sintam o sabor do conhecimento e o busquem constantemente. O meu amor por vocês é imenso.

“A educação é a arma mais poderosa que  
você pode usar para mudar o mundo”

Nelson Mandela

## RESUMO

O presente estudo visa analisar o processo de Educação Sexual na Escola, na oportunidade optamos por uma escola estadual da cidade de Sousa na Paraíba. O objetivo geral deste estudo é refletir acerca da inserção da educação sexual nas escolas. Ainda, desdobramos alguns objetivos específicos como identificar a percepção de trabalhadores da educação sobre o tema, identificar ações no âmbito escolar que proporcionassem educação sexual, verificar se os profissionais recebem capacitação para abordar a temática e observar a aceitação dos pais e alunos sobre o tema. A pesquisa é qualitativa e apresenta-se através de conteúdos bibliográficos, documentais e questionário semiestruturado. Abordamos a educação no Brasil do período colonial até os planos de educação. A Educação Sexual apontando sua importância no combate as violências e os tabus que permeiam essa temática. Incluindo o desafio da Educação Sexual nas escolas estaduais. Falar sobre educação sexual não é fácil visto que os tabus geram o afastamento e encobre cada vez mais a temática. Contudo a educação sexual tem sua importância na prevenção e no combate as situações que estão postas como problemas sociais, a mesma pode atuar na quebra dos preconceitos, da violência sexual e da violência contra a mulher, no respeito a diversidade, na formação da consciência crítica etc. A problemática que dificulta o desenvolvimento da educação sexual nas escolas está na crescente onda do conservadorismo e principalmente o da condição atual aumentando ainda mais os tabus existente para este tema. O equívoco de que os adolescentes sabem de tudo porque tem acesso a internet precisa ser desmistificado, pois eles não aprendem sobre sexualidade na internet. Nesse sentido está a importância de fomentar esse tema para que diferentes profissionais compactuem dos seus conhecimentos na busca de planejar e proporcionar ações para que a educação sexual seja um meio de solucionar os problemas sociais referentes a essa temática e possibilitar o desenvolvimento do ser.

**Palavras chaves:** Educação Sexual. Sexualidade. Diversidade

## ABSTRACT

The present study aims to analyze the process of Sexual Education in the School, in the opportunity we opted for a state school in the city of Sousa in Paraíba. The general objective of this study is to reflect on the insertion of sex education in schools. Also, we have developed some specific objectives such as identifying the perception of education workers about the theme, identifying actions in the school context that provide sexual education, verifying that the professionals are trained to approach the theme and observe the acceptance of parents and students on the subject. The research is qualitative and presents through bibliographical contents, documentaries and semi-structured questionnaire. We approach education in Brazil from the colonial period to the education plans. Sexual Education pointing out its importance in combating violence and the taboos that permeate this theme. Including the challenge of sexual education in state schools. Talking about sex education is not easy since the taboos generate the distance and covers more and more the subject. However, sexual education has its importance in preventing and combating situations that are posed as social problems, it can act in the breaking of prejudice, sexual violence and violence against women, respect for diversity, the formation of critical awareness etc. The problem that hinders the development of sex education in schools is in the growing wave of conservatism, and especially that of the present condition, increasing even more the existing taboos for this subject. The misconception that teenagers know everything because access to the internet needs to be demystified, as they do not learn about sexuality on the internet. In this sense, it is important to foster this theme so that different professionals compose their knowledge in the search of planning and providing actions so that sex education is a means to solve the social problems related to this theme and to enable the development of being.

**Keywords:** Sexual Education. Sexuality. Diversity

## LISTA DE SIGLAS

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

DST – Doença Sexualmente Transmissível

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública

FHC – Fernando Henrique Cardoso

HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana

Ipea – Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada

IST – Infecção Sexualmente Transmissível

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira

MEC – Ministério da Educação

OMS – Organização Mundial da Saúde

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PEP – Profilaxia Pós-Exposição

PNE – Plano Nacional de Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

PrEP – Profilaxia Pré-Exposição

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO.....   | 12 |
| 2. A EDUCAÇÃO NO BRASIL: DO COLONIALISMO A ATUALIDADE .....  | 14 |
| 2.1. Processo histórico da educação no Brasil .....  | 14 |
| 2.2. Planos nacionais da educação .....  | 17 |
| 2.3. Educação e Neoliberalismo: A educação como direito universal e a política de recessão dos anos 90 ..... | 24 |
| 3. EDUCAÇÃO SEXUAL COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO A VIOLÊNCIAS.....  | 27 |
| 3.1. Particularidades históricas do controle social sobre o sexo .....                                       | 27 |
| 3.2. Educação sexual nas escolas e seus desdobramentos.....  | 32 |
| 3.3. A educação sexual e sua relevância para a saúde.....  | 34 |
| 3.4. A importância da educação sexual e suas refrações nas relações de gênero .....                          | 36 |
| 3.5. Educação sexual na prevenção da violência sexual.....   | 39 |
| 3.6. A atualidade, neoconservadorismo e os tabus sobre sexualidade .....                                     | 40 |
| 4. O DESAFIO DA EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS ESTADUAIS .....  | 47 |
| 4.1. Metodologia.....  | 48 |
| 4.2. Desvelando as percepções dos educadores da rede estadual.....   | 51 |
| 4.3. Estratégias e desafios postos a escola para aplicação da Educação Sexual .....                          | 53 |
| 4.4. Capacitação dos educadores .....  | 55 |
| 4.5. Aceitação e rejeição: como a Educação Sexual é recebida por pais e estudantes.....                      | 57 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....   | 60 |
| REFERÊNCIAS.....   | 62 |
| APÊNDICE A   |    |
| APÊNDICE B   |    |
| APÊNDICE C   |    |

## 1. INTRODUÇÃO

O estímulo que proporcionou o interesse em abordar essa temática parte da vivência e observações presenciadas no campo de estágio, o qual foi desenvolvido na Secretaria de Assistência Social da cidade de Sousa – Paraíba, contando com o programa Meu Bebê, que consiste na entrega de enxovais às gestantes que atendem aos requisitos do programa. Percebe-se, nesse campo, uma considerável quantidade de adolescentes grávidas, cuja maior parte interrompeu seus estudos durante a gravidez na adolescência.

Com isso, surgiu o interesse de pesquisar o processo de Educação Sexual em uma escola estadual da cidade de Sousa na Paraíba, visto que a Educação Sexual se apresenta como a melhor alternativa proposta no campo teórico, não apenas para prevenção da gravidez na adolescência que foi a observação que nos instigou a pesquisar, mas um leque de outras questões que precisam ser discutidas e refletidas por adolescentes e jovens e, informações às crianças com a metodologia que esta faixa etária requer.

A educação sexual que queremos não se resume a um amontoado de informações sobre biologia ou prescrições médicas e higienistas, como distribuição de preservativos e anticoncepcionais, ou campanhas de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs). Embora estas representem informações e providências extremamente relevantes, elas não são, por si só, suficientes para despertar a reflexão crítica que leva à aquisição da consciência e, conseqüentemente, à mudança de comportamento (BONFIM, 2012, p. 33 – 34).

Nesse sentido, há a importância de chamar atenção para essa temática entre os profissionais da Assistência Social, visto que os mesmos trabalham no intuito de promover também a educação social, no sentido de ampliar os olhares acerca dessa temática na prevenção dos problemas sociais. Desde que os assistentes sociais possuem em sua formação o acesso a desmistificação das formas de preconceito pelo estudo dos processos históricos e culturais, agravada e condicionados pelo capitalismo. Para tanto é necessário que haja uma interdisciplinaridade para o desenvolvimento do tema.

O objetivo geral deste trabalho é refletir acerca da inserção da educação sexual nas escolas. Dentre os objetivos específicos procuramos compreender a percepção dos profissionais da educação sobre o tema da educação sexual, saber se os profissionais recebem capacitação para abordar a temática; identificar as iniciativas

no âmbito escolar sobre a educação sexual e identificar a percepção de pais e alunos sobre o tema.

A pesquisa utilizada foi a qualitativa que se deu inicialmente por revisão bibliográfica, pesquisa documental por meio de artigos científicos e reportagens em sites de notícias e a pesquisa semiestruturada aplicada aos profissionais da Escola Estadual.

No primeiro capítulo, intitulado de A Educação no Brasil: do colonialismo a atualidade, percorreremos a história da educação do Brasil, a qual se mostra elitista e excludente no período colonial e partindo para os planos nacionais de educação no sentido de visualizarmos o tema em questão. Os planos se mostraram conflituosos, o primeiro por ter recursos vetados, o segundo pela dificuldade na aprovação embatida pela disputa dos organismos reguladores do mercado pela educação.

No segundo capítulo, procuramos pontuar a importância da educação sexual e os mecanismos que a mesma trabalha para a prevenção de problemas recorrentes em nossa sociedade, contudo o desenvolvimento da educação sexual encontra-se agravado pelo conservadorismo sempre presente na sociedade, ainda mais fortemente nos dias atuais e os limites impostos pelos tabus, na atualidade: pelas notícias Fake News.

No terceiro capítulo, sinalizamos o desafio da educação sexual nas escolas estaduais e a exposição das falas das entrevistadas juntamente com as análises estruturadas pelas falas dos autores apresentados no decorrer deste trabalho.

A análise de orientação desse estudo é pelo método do materialismo histórico-dialético que nos proporcionou a crítica referente à agudização do conservadorismo impactar consideravelmente no processo da educação sexual, além da formação patriarcal da sociedade brasileira que ainda reproduz conceitos e atitudes massacrantes e prejudiciais para o desenvolvimento da sociedade.

## 2. A EDUCAÇÃO NO BRASIL: DO COLONIALISMO A ATUALIDADE

Percorreremos este primeiro capítulo com a história da educação brasileira, desde os ensinamentos dos jesuítas, a formação elitista e posteriormente a educação tecnicista. Pontuaremos os Planos Nacionais de Educação e alguns acontecimentos que permeiam os mesmos. E discorreremos sobre o neoliberalismo e como incide no desenvolvimento da educação e o torna território de disputas pelo fundo público sob a égide do capitalismo atual.

### 2.1. Processo histórico da educação no Brasil

A educação no Brasil origina-se das missões Jesuíticas com o propósito de catequisar os índios, ensinando e adaptando as crianças à nova cultura. Entretanto, a catequização dos índios mostrou-se conflituosa por possuírem uma cultura estabelecida e totalmente diferente da nova proposta ofertada pelos Jesuítas (Ferreira Jr, 2010).

Inicialmente, os Jesuítas traduziram o Tupi e desenvolveram um catecismo com os dois significados, possibilitando a formação das cartilhas que tanto ensinavam a escrita e a língua portuguesa como modificavam a cultura indígena com os ensinamentos da doutrina cristã. As cartilhas condenavam as práticas indígenas por meio de figuras que mostravam seus atos como algo errado, caracterizando o etnocentrismo<sup>1</sup> que ocorreu no Brasil com a chegada dos portugueses, subjulgando os índios à cultura portuguesa e, a esse processo agregaram como um meio de educação (Idem, ibidem). Desta forma, podemos refletir que o processo educacional atual tem suas raízes no Brasil Colônia, com seus meios moralizantes e foco nos ideais das classes dominante.

Ferreira Jr (2010) expõe que

Os catecismos jesuíticos do século XVI se constituíram num instrumento de duplo significado: de um lado, possibilitavam o aprendizado das primeiras letras tanto no português quanto no tupi, isto é, transformaram-se em “cartilhas” que eram utilizadas como material didático do processo pedagógico desenvolvido no âmbito das casas de bê-á-bá, embriões dos futuros colégios da Companhia de Jesus e, do outro, veiculavam a concepção de mundo da chamada “civilização ocidental cristã” por meio

<sup>1</sup> Etnocentrismo é um conceito da Antropologia definido como a visão demonstrada por alguém que considera o seu grupo étnico ou cultura o centro de tudo, portanto, num plano mais importante que as outras culturas e sociedades. O termo é formado pela justaposição da palavra de origem grega "ethnos" que significa "nação, tribo ou pessoas que vivem juntas" e centrismo que indica o centro (<https://www.significados.com.br/etnocentrismo/>)

da violência simbólica contra os elementos estruturais da cultura ameríndia. A primeira fase da ação evangelizadora jesuítica (1549-1600) pode ser caracterizada como “pedagogia brasílica”, isto é, uma pedagogia nascida das condições existentes e não propriamente da fidelidade aos dogmas e preceitos da Companhia de Jesus. (Idem, ibidem, p. 21).

No período colonial, os colégios jesuíticos diferenciaram do padrão seguido em Portugal. O padre Manuel da Nobrega incorporou as casas de bê-á-bá, ou escolas de primeira letra ao ensino secundário. No que afirma Ferreira Jr (2010) “os jesuítas não cumpriram os preceitos constitucionais regulamentados pela própria Companhia de Jesus, que estabelecia que os seus colégios tivessem apenas o ensino secundário”. (Idem, ibidem, p.23)

A educação dos índios foi adaptada, utilizando o teatro e a música como uma estratégia, visto que os hábitos indígenas eram totalmente diferentes convivendo nas matas sem o compromisso de frequentar salas de aulas, onde as artes cênicas atraíam a atenção dos índios, mesclavam as culturas para atingir o objetivo de educar e principalmente converter os nativos à doutrina cristã.

No âmbito da escola de bê-á-bá aprendiam-se as primeiras letras e as operações matemáticas elementares como instrumental básico para o processo de catequese, ou seja, de conversão à fé cristã. Aqueles alunos que se destacavam eram enviados à metrópole com o objetivo de complementar os estudos no nível do ensino superior, fosse em teologia, para os noviços da Ordem, fosse em Direito ou Medicina, para os filhos dos senhores de engenho. Em resumo, podemos afirmar que a primeira fase da ação jesuítica em terras brasileiras foi caracterizada pela estratégia catequética baseada na utilização de instrumentos didáticos, como o teatro e a música, que possibilitavam incorporar traços culturais ameríndios que não eram conflitantes com a concepção de mundo cristã, ou seja, a chamada “pedagogia brasílica” flexibilizou, no que foi possível, a dogmática religiosa que emanava da contrarreforma católica. (Idem, ibidem, p. 24)

Em 1750, assume como primeiro ministro Sebastião José de Carvalho e Melo conhecido como Marquês de Pombal, o qual propõe reformas estruturais para impulsionar a economia, que passava por um período de recessão, com isso o Marquês expulsa a Companhia de Jesus que detinha posses e autoridade nas decisões de governo. Os bens da Companhia revertem para o Estado e o Marques de Pombal promove mudanças na formação educacional, voltando-a para uma formação aligeirada para suprir as exigências do mercado.

De acordo com Alves (2009)

O ideal de Pombal era formar o nobre negociante, simplificar e abreviar os estudos, encaminhando maior número aos cursos superiores; aprimorar a língua portuguesa, diversificar o conteúdo incluindo o de natureza científica e torná-los os mais práticos possíveis. (ALVES, 2009, p.28)

As reformas econômicas promovidas pelo Marquês atingiram a educação, seu objetivo era competir com outros países mais desenvolvidos que

Portugal e atingir o crescimento econômico. Dentre as mudanças feitas pelo Marquês de Pombal no âmbito escolar estava o ato de “proibir as línguas nativas e substituí-las pelo português, e para tanto estabelece as escolas de Ler e escrever”, separando homens e mulheres (ALVES, 2009, p.31), sufocando toda a cultura e língua pré-existente.

A expulsão dos jesuítas acarretou a falta de professores, e a ausência de investimentos minava a qualidade da educação. Lembrando que a educação do século XIX era elitista, no qual os filhos dos fazendeiros ricos frequentavam os cursos de nível superior para alcançarem status sociais sem necessariamente exercerem a profissão.

Como afirma Ferreira Jr

O padrão elitista da educação brasileira do século XIX era aquele que se materializava na figura do senhor de terras e de escravos, ou seja, depois da escolaridade primária, seus filhos frequentavam o Colégio D. Pedro II, fundado em 1837, ou realizavam os exames parcelados do bacharelado secundário e, depois, ingressavam no curso de Direito ou de Medicina. Tinham uma formação muito mais bacharelesca, fundada numa retórica de cunho humanístico, que propriamente profissional, isto é, não frequentavam o curso superior de Direito, por exemplo, para ser um profissional que exerceria as funções inerentes àquele ofício de atividade liberal; visavam muito mais ostentar prestígio social por meio do título de “doutor”. (FERREIRA JR, 2010, p. 18)

A educação brasileira apresenta-se elitista representada pela exclusão pautada na exploração da mão de obra dos que trabalhavam para o crescimento do país, onde a elite beneficiária eram os brancos, donos de terras vindos de Portugal. Os negros africanos, índios e os pobres ficariam de fora do acesso a igualdade de oportunidade para o seu desenvolvimento, ou seja, de fora da educação institucional restando-lhes o aprendizado tecnicista para usá-lo no manejo do trabalho.

Mas ela nasceu com o estigma de não ser para todos, ou seja, ficou excluído da educação escolar de caráter propedêutico o grande contingente da população colonial, formado pelos escravos desafrikanizados, índios, mestiços e brancos pobres. Para eles, desde a infância, estava reservado apenas o trabalho braçal, acrescido de um pouco de instrução destinada às chamadas artes mecânicas, cuja aprendizagem se processava por meio da prática que as crianças realizavam imitando as habilidades desenvolvidas pelos adultos. (Idem, ibidem, p.27)

A história da educação brasileira ficou marcada por uma exclusão da maior parte da população colonial. O país em desenvolvimento tornava um meio propício para a vinda de pessoas para o trabalho, com isso a educação escolar completa era apenas para os filhos dos ricos. Logo, a cultura da escravidão cerceava dos negros a condição de obter o seu desenvolvimento educacional e a condição de dignidade humana.

Ainda confirmando a exclusão nas palavras de Cury (2011)

Desde o Ato Adicional<sup>2</sup>, a educação escolar brasileira esteve cadenciada por uma dupla rede visualizada tanto no âmbito social quanto no administrativo. A rede que atendia a passagem do ensino secundário para o superior e a continuidade nesse último tinha como incumbente o poder federal (no Império, o poder geral). Já o atendimento do ensino primário e a formação de docentes para aí atuar tinham os Estados (antigas Províncias) como titulares. A primeira rede contava com os impostos mais substantivos e tinha as elites como suas destinatárias. A segunda rede se apoiava em impostos mais frágeis e tinha um horizonte universal. A primeira não era gratuita, ao contrário da segunda. Mas esta última não se efetivava como universal, dadas as já atávicas desigualdades e discriminações reinantes no país (CURY, 2011, p.796).

Como afirma o autor o ensino secundário para o superior recebia a maior parte dos recursos que vinham do poder federal, mas não era universal, visto que quem chegava a esse nível eram os providos de bens materiais, a elite brasileira. Enquanto isso, a segunda rede que compunha o ensino primário e a formação de professores contava com recursos irrisórios, a mesma era gratuita, contudo, devido às desigualdades sociais e as discriminações étnicas essa rede não se configurava universal por não assegurar a permanência de todos nos estudos.

O abandono da educação por parte dos governantes nos períodos anterior ao século XX não a direcionou para efetivamente fazer o seu papel que é, transformar a sociedade. A ausência de planos de educação estruturados para o crescimento intelectual e o desenvolvimento subjetivo mostrou durante o processo de formação do Brasil um nível gigantesco de desigualdade entre as classes.

## **2.2 Planos nacionais da educação**

A constituição Federal em seu artigo 214 estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE) com o objetivo de articular o sistema nacional, integrando os poderes federativos para o desenvolvimento e manutenção da educação. Em 2009, por emenda constitucional nº 59 o plano passa a ser decenal e estabelece outros provimentos definindo diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação (BRASIL, 1988).

---

<sup>2</sup>No dia 12 de agosto de 1834, os membros da Câmara dos Deputados estabeleceram um conjunto de mudanças que afetaram diretamente as diretrizes da Constituição de 1824. Nesse dia, o chamado Ato Adicional aprovou uma série de mudanças que refletiam bem o novo cenário político experimentado. Agora, sem a intervenção do poder régio, as tendências políticas presentes, representadas pelas alas liberal e conservadora, tentavam se equilibrar no poder. [...] o Ato Adicional seria uma maneira de se firmar um compromisso político que estivesse acima das rixas de cada grupo. Em primeiro aspecto, essa reforma da constituição autorizou cada uma das províncias a criar uma Assembleia Legislativa. Por meio dessa medida, os representantes políticos locais poderiam instituir a criação de impostos, controlarem as finanças e determinarem os membros do funcionalismo público (<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/o-ato-adicional-1834.htm>).

A iniciativa de um plano de educação só veio surgir no ano de 1930, em consequência da necessidade de mudanças na educação, que saísse do empirismo e se unisse a ciência para solucionar os problemas existentes no âmbito social.

Para Cury (2011) a criação do conselho já margeava um plano educacional. Em 11 de abril de 1931, o Decreto de n. 19.850 estabelece a criação do Conselho Nacional de Educação que teria entre suas atribuições algo que, no conjunto, se poderia denominar plano de desenvolvimento da educação. (CURY, 2011, p.797). Contudo o autor indica que o Manifesto em “1932 entende que um dos pilares da reconstrução nacional teria de ser um plano de reconstrução educacional” (Idem, ibidem, p. 799). Para tanto era com o plano educacional que a educação iria realmente progredir.

Apesar da percepção da necessidade de um plano educacional na década de 30 e do esforço na formulação e reivindicação por parte de um conjunto de profissionais, o plano não vigorou, devido a problemas vivenciados no processo político do país, “o documento foi encaminhado à Câmara dos Deputados, mas não chegou a ser aprovado, pois com o advento do Estado Novo<sup>3</sup> em novembro de 1937, acabou sendo esquecido” (SABIA; ALANIZ, 2015, p.37).

De acordo com Cury (2011) o retrocesso de uma ditadura começa a apontar no governo de Vargas, a esperança de avanços é completamente barrada, visto que no dia 10 de novembro de 1937 ocorreu o fechamento de todos os poderes representativos não sendo possível o prosseguimento do Plano Nacional de Educação.

Posteriormente segue o período ditatorial e os avanços observados diz respeito a criação de um primeiro plano que passaram por reformas e que positivamente foi amparado pela primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional<sup>4</sup> (LDB).

<sup>3</sup> Estado Novo foi a terceira e última fase da Era Vargas. Durou de 1937 a 1945 e sucedeu, portanto, as fases do Governo Provisório (1934 a 1937). A característica principal do Estado Novo era o fato de ter sido propriamente um regime ditatorial inspirado no modelo nazifascista europeu, então em voga à época (<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-foi-estado-novo.htm>).

<sup>4</sup> A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96) é a legislação que regulamenta o sistema educacional (público e privado) do Brasil (da educação básica ao ensino superior). Na história do Brasil, essa é a segunda vez que a educação conta com uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que regulamenta todos os seus níveis. A primeira LDB foi promulgada em 1961 (LDB 4024/61). A LDB 9394/96 reafirma o direito à educação, garantido pela Constituição Federal. Estabelece os princípios da educação e os deveres do Estado em relação à educação escolar pública, definindo as

Em 1962, sob a defesa da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº 4.024/61) foi elaborado pelo Ministério da Educação e Cultura, e aprovado pelo Conselho Federal de Educação o primeiro Plano Nacional de Educação, que estabelecia objetivos e metas para um período de oito anos. Em 1965, passou por uma revisão, quando se estabeleceram normas descentralizadoras visando à elaboração de planos estaduais. (SANTOS, 2012, p.9)

O Plano Nacional de Educação era firmado constitucionalmente com provimentos passíveis de atuação e observação no período plurianual, o qual passa por revisão, estabelecendo sua reformulação a cada dez anos. Com a descentralização a competência rebate aos três entes federativos reiterando “a incumbência da União na elaboração do PNE em regime de colaboração com os entes federativos. Os Estados e Municípios deveriam elaborar seus próprios planos em consonância com o PNE” (CURY, 2011, p. 804).

Sabia e Alaniz (2015) agregam ao seu texto os escritos de Arelaro (2007) sobre os motivos que impediram a implementação dos planos anteriores, no qual

As avaliações dos planos nacionais já elaborados no Brasil – trienais, quinquenais ou decenais – explicitam que tais planos, a quase totalidade elaborada por especialistas ou tecnocratas sem contato com a realidade social, tiveram como objetivo maior o cumprimento de exigência burocrática, dispensando a participação dos grupos sociais que seriam atingidos por suas propostas, e, em função disso, acabaram se tornando “letra morta”, pois ninguém se sentiu compelido ou comprometido em implementá-los. (SABIA; ALANIZ, 2015, p. 39 apud ARELARO, 2007, p. 902).

Ficando evidente o controle do Estado frente a sociedade, principalmente no período da ditadura que os planos eram elaborados por tecnocratas, ou seja, não eram profissionais da área da educação que estavam lidando diariamente com as necessidades do educando, nesse sentido se fazia essencial a participação desses profissionais, visto que os mesmos conheciam a realidade, as dificuldades dos educandos e as especificidades sociais, colocariam em pauta seus projetos oriundos das vivências nas instituições, para assim alcançar resultados.

A década de 80 é marcada pelo fim da ditadura e, posteriormente surgem os avanços democrático, o período é conhecido como Nova República iniciada pelo governo de Tancredo Neves em 1985. Em seguida no ano de 1990 ocorre o encontro em Jontien<sup>5</sup> na Tailândia, o resultado desse encontro surge a posteriori em 1993 a

---

responsabilidades, em regime de colaboração, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. (<https://www.infoescola.com/educacao/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao/>).

<sup>5</sup> Documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada na cidade de Jomtien, na Tailândia, em 1990, também conhecida como Conferência de Jomtien. A Declaração fornece definições e novas abordagens sobre as necessidades básicas de aprendizagem, tendo em vista estabelecer compromissos mundiais para garantir a todas as pessoas os conhecimentos básicos necessários a uma vida digna, visando uma sociedade mais humana e mais justa (MENEZES, 2001).

primeira iniciativa de elaboração de um plano nacional para educação. Outro fator importante aliado a esse processo foi a constituição de 1988, que firma em seu artigo 214 a implantação de um plano (SABIA, ALANIZ, 2015).

O primeiro PNE foi aprovado correspondente aos anos 2001 a 2010, pela lei 10.171/2001<sup>6</sup>, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Contudo o então presidente “vetou nove metas, estas aumentariam os recursos financeiros e investimentos” (SANTOS, 2012, p. 12). Os cortes representam o enfoque do governo FHC associado fortemente a tomadas de medidas neoliberais que abordaremos no próximo item.

Na visão de Sabia e Alaniz (2015) os vetos deferidos sobre o plano impossibilitaram sua real efetivação, visto que o financiamento é o fator essencial para a completude das intenções a serem alcançadas.

Podemos concluir que o PNE (2001-2011) se limitou a reiterar a política educacional que vem sendo conduzida pelo MEC, ou seja, a compressão dos gastos públicos e a transferência de responsabilidades, ficando a União com atribuições de controle, avaliação, direção e, apoio técnico e financeiro de caráter subsidiário e complementar. Entretanto, neste PNE não tivemos o apoio financeiro, mas tão somente o apoio técnico. Este fato comprometeu completamente o atingimento das metas do PNE (SABIA; ALANIZ, 2015, p. 42).

Podemos observar que os cortes nos investimentos da educação dificultam a realização de todas as metas propostas no projeto, impossibilitando o alcance das metas, a melhoria e o desenvolvimento da educação. Apesar dos cortes, o PNE sustentava quatro objetivos centrais. O plano de 2001-2010 propunha como um dos objetivos a elevação da escolaridade melhorando a qualidade do ensino e reduzindo as desigualdades contribuindo para a permanência dos alunos nas escolas.

Contudo esse objetivo sem recursos financeiros torna-se praticamente inviável, visto o grande nível de desigualdade que acomete a população e para a permanência dos alunos requer uma melhoria nas condições de vida das famílias necessitadas.

O Plano Nacional de Educação – PNE 2001-2010, de acordo com a Lei nº 10.172/01, tinha quatro macro objetivos: (I) a elevação global do nível de escolaridade da população; (II) a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; (III) a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao

Promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e patrocinada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, (PNUD), Fundo das Nações Unidas para a Infância, (UNICEF), e Banco Mundial, com vários outros organismos internacionais e a participação de 155 países e centenas de organizações da sociedade civil (SANTOS, 2012, p. 10-11).

<sup>6</sup> A Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001 estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2001 ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LEIS\\_2001/L10171.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10171.htm)).

acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública; e (IV) a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (NETO, 2013, p. 165).

Ainda de acordo com o autor a falta de interesse dos dois governos: Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, desencadeou obstáculos na implementação do plano. O primeiro mostrou indisposição na elaboração, tardia, por desconsiderar pontos importantes do processo e das opiniões da sociedade e o fato também de aplicar os vetos que tornava o plano inexecutável. Já o governo Lula por passar oito anos responsável pela gestão não derrubou os vetos e criou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)<sup>7</sup> em 2007, “passou a submeter o PNE aos ditames do plano governamental então pensado pelo ministro Fernando Haddad” (p. 174) tornando o PNE sem maior relevância, ou seja, apenas um indicador.

Em reportagem veiculada no UOL<sup>8</sup>, a qual menciona um atraso de mais de dois anos na aprovação do projeto de lei que valida o PNE de 2011-2020. O motivo estaria na disputa de interesses de grupos políticos e econômicos envolvendo o Executivo e o Legislativo. Em entrevista o professor Roberto Romano da Unicamp aponta como empecilho o lobby<sup>9</sup> das empresas de ensino privado que influenciam o Congresso e impossibilita que aprovem aumentos dos investimentos na educação pública, o mesmo afirma que o Congresso foi influenciado por grupos poderosos que estariam travando o debate.

A concentração do poder econômico conduziu e está conduzindo a uma enorme concentração do poder político. Aqui, claramente, revela-se o caráter antidemocrático do capitalismo [...] ao mesmo tempo em que desqualifica a política, ladeando as instâncias representativas (parlamentos, assembleias legislativas) ou nelas fazendo sentir o peso dos seus lobbies, essas “elites orgânicas” do grande capital – empresários, executivos, analistas, cientistas, engenheiros – realizam a sua política, tomando decisões estratégicas que

<sup>7</sup> O PDE, de forma geral, é a trajetória que a escola, com seus mecanismos de participação e envolvimento, traça para si mesma, tendo por base a avaliação do aprendizado de sua identidade. O plano tem por base as finalidades da escola, a avaliação do aprendizado dos alunos, suas finalidades e as expectativas e consenso da comunidade escolar. É uma das formas de a escola exercer sua autonomia (MENEZES, 2001).

<sup>8</sup> <https://educacao.uol.com.br/noticias/2013/03/04/para-especialistas-disputa-de-interesses-emperra-aprovacao-do-novo-pne.htm>

<sup>9</sup> Lobby é uma expressão usada para se referir a um grupo de pessoas que se reúne para influenciar em decisões e defender interesses em comum. Geralmente o lobby acontece no setor público como uma forma de fazer pressão e de tentar influenciar nas decisões do governo que podem afetar os interesses dos cidadãos ou de empresários. (LENZI, 2018)

afetam a vida de bilhões de seres humanos, sem qualquer conhecimento ou participação destes. (NETTO, 2010, p. 224-225).

As ações do sistema capitalista são voltadas para pressionar o Estado que sempre esteve nessa dupla tensão de atender o social, mas também servir em grandes partes as empresas privadas. Pertinente uma crítica ao liberalismo sobre a não interferência do Estado, para eles a não interferência restringe-se apenas ao social, pois muitas empresas privadas requerem os benefícios do Estado. Quanto ao atraso na aprovação do PNE foi desconsiderado a atenção necessária como prioridade para a educação em detrimento das disputas privadas.

O PNE de 2014-2024 esteve envolto em polêmicas que ganharam repercussão em todos os ambientes de discussões envolvendo a bancada religiosa contra grupos pró-diversidade.

Após um extenso debate que envolveu grupos LGBT, lideranças religiosas, políticos, instituições acadêmicas e a população, os termos gênero e orientação sexual foram retirados do texto, frente à pressão de alas ultraconservadoras da sociedade e grupos religiosos fundamentalistas. (MOREIRA, 2016, p.14).

A meta que mencionava a superação das desigualdades de gênero e orientação sexual foi vetada do texto original porque os dois termos, segundo a bancada religiosa, valorizavam a “ideologia de gênero”, com isso o PNE aprovado não menciona gênero e orientação sexual. Estados e municípios teriam que decidir se iriam incluir ou não em seus planos educacionais (MUNDIM, 2015).

A câmara municipal de Sousa aprova o projeto de Lei ordinária nº 2.734/2017<sup>10</sup> que proíbe a ideologia gênero na grade curricular, intitulado pelo vereador Cacá Gadelha. Em entrevista concedida ao Jornal da Paraíba<sup>11</sup> (2017), obtivemos a seguinte fala do vereador:

A gente sabe que esse tema é um tema nacional que vem repercutindo e está na base comum curricular para 2018. E nós como vereadores, nós sentimos assim, incomodados porque somos pais. Eu sou um defensor da família, sou cristão e acho que criança tem que ser criança. Eu acho que criança não tem que discutir sexualidade (GADELHA, 2017).

A Constituição Federal em seu artigo 19 veda aos entes federados criar, subsidiar ou atrapalhar o funcionamento de cultos religiosos ou igrejas, nem manter

<sup>10</sup> Proíbe, as atividades Pedagógicas que visem à reprodução de conceito de ideologia de gênero na grade de ensino da rede municipal e da rede privada do município de Sousa- Paraíba, e dá outras providências ([https://www.camarasousa.pb.gov.br/arquivos/709/\\_0000001.pdf](https://www.camarasousa.pb.gov.br/arquivos/709/_0000001.pdf)).

<sup>11</sup> <http://g1.globo.com/pb/paraiba/jpb-1educacao/videos/t/campina-grande/v/camara-de-vereadores-de-sousa-aprova-projeto-que-proibe-ideologia-de-genero-em-escolas/6341914/>

vínculo de dependência ou aliança com seus representantes (BRASIL, 1988). De acordo com Russar (2012) a força desses dispositivos constitucionais garante a laicidade<sup>12</sup> do Estado. Enquanto que, no Estado confessional existem vínculos jurídicos entre o Poder Político e uma Religião. Contudo, o posicionamento do vereador encontra-se preso a época do Brasil-Império, ou seja, ele estaria atuando segundo a premissa do Estado confessional onde havia esse vínculo entre a Igreja Católica e o Estado, pois, sua fala é impregnada de conservadorismo religioso desviando dos preceitos constitucionais.

Rebatendo a fala do vereador na mesma reportagem, o jornal apresenta a participação da professora Suamy Soares da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), campus de Sousa-pb.

Primeiro porque não existe nenhuma disciplina que se denomine ideologia de gênero em nenhuma escola brasileira. Segundo porque o legislativo no âmbito municipal não pode disciplinar sobre questões que são de matéria do Estado brasileiro em nível federal. Não discutir na escola sexualidade significa que a gente vai ter uma ampliação das DSTs, das HIVs, uma entrada precoce das pessoas no mundo da sexualidade sem que elas pensem sobre isso. Isso é muito ruim tanto para as mulheres quanto para os homens. A gente vai ter uma ampliação das múltiplas violências porque se a gente não discute desigualdade de gênero a violência contra a mulher vai ser ampliada, naturalizada. A gente vai ter uma ampliação da exploração sexual de crianças e adolescentes; do abuso porque se você não discute sexualidade as pessoas não vão reconhecer que isso é uma violência. A gente vai ter uma ampliação da LGBTfobia (SOARES, 20017).

Como afirma a professora não existe nenhuma disciplina Ideologia de gênero e a falta dos debates concernentes da educação sexual causam diversos problemas no tocante ao aumento do preconceito e da violência, oriundos do conservadorismo e do patriarcado. A simples tentativa de superação das desigualdades de gênero e orientação sexual gerou uma enorme polêmica desviada para o campo ideológico no intuito de desestabilizar qualquer forma de superação da ordem posta. Abordaremos mais sobre essa temática no próximo capítulo.

---

<sup>12</sup> O Brasil tornou-se um Estado laico com o Decreto nº 119-A, de 07/01/1890, de autoria de Ruy Barbosa. Após o decreto, o Brasil deixou de ter uma religião oficial. Com a separação Estado-Igreja, a extensão do direito à liberdade religiosa foi ampliada (RUSSAR, 2012).

Em 25 de junho é aprovado o novo PNE pela Lei nº 13.005/2014<sup>13</sup>, com vigência de 10 anos para cumprimento das suas 20 metas<sup>14</sup>.

A partir do exposto acerca da temática, podemos perceber o quão difícil é tratar da mesma. Existem muitos equívocos no que se refere a compreensão dos objetivos da educação sexual nas escolas. Os representantes contrários a este projeto, em sua maioria, apegados a dogmas religiosos reproduzem este discurso equivocado, que é apreendido pela população e novamente reproduzido, gerando um ciclo vicioso da desinformação. A partir do exemplo citado, podemos ter pistas das dificuldades que encontraremos ao encampar esta discussão.

### **2.3. Educação e Neoliberalismo: A educação como direito universal e a política de recessão dos anos 90**

Situaremos brevemente o capitalismo para entendermos o seu desenvolvimento e os mecanismos que utiliza para desencadear processos mais agudos de exploração. Pontuaremos também a educação sendo utilizada como um meio de propagação do neoliberalismo.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial faz-se necessário uma maior intervenção do Estado com políticas sociais, para tanto são adotadas as ideias de John Keynes, com isso o período fica conhecido como Keynesiano<sup>15</sup>, mas a nova fase de acumulação capitalista marcada pela esfera financeira desmonta o Estado social no início da década de 70. A nova fase fica conhecida como neoliberalismo onde o capital passa a incidir mais na esfera financeira (Salvador, 2010).

<sup>13</sup> A Lei nº 13.00, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. Dispõe das diretrizes, metas e estratégias ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm))

<sup>14</sup> Consultar <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>

<sup>15</sup> Keynesiano é uma teoria econômica do começo do século XX, baseada nas ideias do economista inglês John M. Keynes, que defendia a intervenção do Estado na economia para atingir o pleno emprego. Sua obra: Teoria geral do emprego, do juro e da moeda, foi publicada em 1936. O keynesianismo foi usado na História, principalmente durante as crises que ocorreram no século XX. Nos Estados Unidos, por exemplo, foi a doutrina econômica que deu suporte ao plano New Deal do presidente Roosevelt, voltado para tirar a economia norte-americana da profunda crise provocada pela Quebra da Bolsa de Valores de 1929 (Grande Depressão). Os países europeus, cujas economias estavam esfaqueadas no final da Segunda Guerra Mundial, também recorreram aos fundamentos do keynesianismo para tirar suas economias da crise (<https://www.suapesquisa.com/economia/keynesianismo.htm>).

Ainda de acordo com o autor a década de 80 é marcada por crises bancárias repetidas e a crise imobiliária no final do século XX com reincidência em 2008. É um cenário cheio de estratégias que são posicionadas para a adequação dos países a economia de mercado.

Na última década do século XX, a liberalização financeira chegou aos países em desenvolvimento. Os governos das grandes potências que se debatiam com as sequelas da crise imobiliária (1990-91) e as grandes instituições financeiras que buscavam novos terrenos de expansão elaboraram uma doutrina batizada de “Consenso de Washington”. Por intermédio do FMI, tratava-se de persuadir os governos dos países em desenvolvimento e dos países desorientados pelo desabamento do comunismo a se engajar rapidamente na liberalização financeira para um ajuste estrutural rumo à economia de mercado. Os países que aderiram aos novos rumos da globalização financeira ficaram conhecidos como “mercados emergentes”. Sendo alvo para os grandes intermediários financeiros internacionais de uma convenção financeira otimista, atraíram uma avalanche de capitais especulativos com regras tributárias favorecidas (Idem, *ibidem*, p. 612).

No Brasil o neoliberalismo é presenciado na década de 90, iniciado pelo governo Fernando Collor de Melo e intensificado nos oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso (AHLERT, 2005).

O mesmo autor discorre que a educação nesse período passou a significar um papel estratégico para o movimento neoliberal, o qual atendia aos objetivos da produção capitalista preparando pessoas para o local de produção, ou seja desmerecendo a formação intelectual e adequando para a formação tecnicista. E aproveitava também a educação como meio de difusão do liberalismo incentivando a livre iniciativa e o livre mercado como o meio de organização favorável no desenvolvimento da sociedade.

Portanto a intensificação do neoliberalismo prejudica o desenvolvimento da educação e, associado a isso vem a crescente onda de conservadorismo. É um conjunto articulado, pois com a falta de intelecto não podemos questionar o conservadorismo e assim a sociedade atende mecanicamente e ordeiramente ao mercado econômico.

Segundo Lima (2011) apud Mota Júnior (2019) a contrarreforma da educação superior brasileira seguiu uma continuidade vinda dos anos 90 baseada na concepção e estratégia do Banco Mundial que propunha as parcerias do público-privado proporcionando o aumento do empresariado e a privatização do ensino superior.

De acordo com o exposto podemos perceber que a abertura de espaço no privado movimenta o capitalismo, com isso a estratégia é utilizada pelas estruturas

normativas, acatada pelo governo como uma tentativa de sair das crises de mercado, e os investimentos que poderiam ampliar as oportunidades de ensino nas universidades públicas são dessa feita destinados para atender as instituições privadas.

Toda a política para a educação superior elaborada e implementada pelo governo no segundo mandato de Lula da Silva (2007-2010) e no primeiro de Dilma Rousseff (2011-2014) está condicionada pelos efeitos da crise econômica mundial e das respostas do governo a ela. As próprias análises e propostas contidas nos estudos do Banco Mundial e demais organismos internacionais para a educação superior no Brasil levam em alta conta, evidentemente, a situação econômica do país para basear suas posições. (MOTA JÚNIOR, 2019, p. 218).

Ainda segundo o autor as orientações do Banco Mundial são para a diversidade das fontes de financiamento nas instituições de ensino superior. Essa ação impulsiona a expansão do setor privado visando o mercado mais flexível e menos onerosos. Onde esse mercado flexível proporciona cursos mais aligeirados enfatizando o ensino em detrimento da pesquisa e da extensão.

O ambicioso plano do governo brasileiro para expandir a cobertura do ensino superior, alcanças uma maior equidade, melhorar a qualidade e aumentar a sua importância dificilmente poderá ser concretizado adotando-se a abordagem tradicional do financiamento público de novas universidades (BANCO MUNDIAL; CNI, 200, p. 218 apud MOTA JUNIOR, 2019, p. 225).

Como já mencionado anteriormente o capitalismo posiciona-se ideologicamente, nesse sentido o discurso empregado é da precarização e ineficiência do público para um maior favorecimento e exaltação à eficiência do privado, estimulando a ação da livre concorrência e incentivando a população a aceitar que o privado tem a operacionalização mais eficiente que o público. Essa aceitação gera uma ameaça para as universidades no tocante a precarização e a redução cada vez mais em seus investimentos.

### **3. EDUCAÇÃO SEXUAL COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO A VIOLÊNCIAS**

Abordar o tema educação sexual requer uma análise sobre o processo histórico social regido pelo sistema econômico, a religião e o modelo patriarcal formador da sociedade a qual estamos inseridos. Durante o percurso podemos observar que o tema educação sexual não transcorre com o viés de educar, mas como bem enfatiza Bonfim (2012) usando o termo deseducação ao referir-se aos meios de comunicação em consonância com o consentimento da sociedade.

A “deseducação” foi instaurada durante todo o decorrer da história, seja no intuito de proibir, de controlar, de negar ou de direcionar com o propósito de legitimar o poder vigente. Entender que a educação sexual é importante tanto na prevenção de doenças, de gravidez na adolescência, mas tem fundamental importância também em temas repressores, como a discussão de gênero, a homofobia, heterossexismo, feminicídio, enfim, toda a temática que problematiza a vivência na sociedade.

Contudo é de legítima importância um amparo mais verdadeiro a respeito do tema, enfatizando sua relevância na formação do ser referente a sua subjetividade, visto que o mesmo está inserido numa sociedade diversa, sendo fundamental o entendimento do respeito e a prática do mesmo às diversidades. Entretanto a educação sexual precisa expandir da abordagem biologizante e informativa, os debates devem impulsionar a ação conjunta da sociedade em combate com todas as formas de preconceitos e discriminação.

O modo de viver do outro deve ser respeitado como um direito fundamental do ser independentemente de sexo, raça, ou orientação sexual. Essas questões já estão fadadas por discursos sem fundamentos legítimos, com isso compreender que a cultura incide nesse processo histórico e, nele perpassa entendimentos de outras épocas que não se enquadra nos dias atuais, faz com que os discursos proibicionista, controladores e preconceituosos sejam desarticulados.

Defender a educação sexual é defender a prevalência prioritária do direito ao respeito e a liberdade de todos os cidadãos, garantindo que todos entendam o sentido da igualdade dos direitos como sendo de todos e não de um grupo.

#### **3.1. Particularidades históricas do controle social sobre o sexo.**

A educação sexual aborda temas que rebatem diretamente na vivência do homem por tratar de discussões pautadas nos valores, normas estabelecidas na

sociedade e sentimentos relacionados com a sexualidade. É o que se pretende, mas não é algo que seja adequadamente planejado ou facilmente executado no contexto educacional, visto que educação sexual vai além de simples informações ou questionamentos sobre sexo e contracepção.

A definição sobre educação sexual nos mostra claramente uma amplitude na dimensão da subjetividade humana.

Considerarei Educação Sexual como sendo toda ação ensino-aprendizagem sobre a sexualidade humana, seja no nível do conhecimento de informações básicas, seja no nível do conhecimento e ou discussões e reflexões sobre valores, normas, sentimentos, emoções e atitudes relacionados à vida sexual (FIGUEIRÓ, 2010, p.3).

Nos conceitos apresentados por autores que dispõe sobre educação sexual é identificável a intenção de um apoio na subjetividade procurando auxiliar na formação de um ser passível de lidar com sentimentos e, que consiga desenvolver o respeito para viver em harmonia numa sociedade diversa.

As discussões buscam compreender as proposições normativas da sociedade apresentando as questões culturais, históricas e sociais vividas de acordo com as exigências do modo de produção econômico e as transformações ocasionadas durante esse processo de desenvolvimento do modelo basilar patriarcal da sociedade.

Educação sexual é, antes de tudo, uma pratica ou ação de transmissão de conhecimentos, representações, valores e práticas, ou seja, é essencialmente uma forma de educação. E como prática educacional é uma questão cultural, histórica e social, seu entendimento é marcado pelas mudanças ocorridas no modo de produção basilar da sociedade, envolvendo, além da dimensão biológica, a subjetividade, a afetividade, a ética, o desejo, a religiosidade, entre outras dimensões. (BONFIM, 2012, p. 33).

Para a autora, as mudanças ocorridas nos processos produtivos da sociedade interferem, impactam no entendimento da sexualidade. E como a sexualidade faz parte da vida do ser, esta deve ser entendida de acordo com o tempo e processo cultural, no qual vive determinada sociedade.

A sociedade do capital vive definitivamente para reproduzir o Sistema Capitalista ideológica e materialmente. O sucesso da sua reprodução está no excedente de trabalhadores que gera o desemprego, com isso esse contingente de trabalhadores não conseguem vender sua força de trabalho e os capitalistas utilizam desse meio para beneficiar sua acumulação (NETTO, 2010, p. 132). Contudo, no tocante ao sexo, o decorrer da história mostra que os discursos manobravam o saber sobre sexualidade para que corroborasse na efetivação do sistema, na reprodução da

força de trabalho e na reprodução das relações sociais vigentes, no qual esses discursos vieram reprimir e tentar combater as atividades que não assegurassem a reprodução.

(...) como objeto de análise e alvo de intervenção; passa-se das teses maciçamente populacionistas da época mercantilista às tentativas de regulação mais finas e bem calculadas, que oscilarão, segundo os objetivos e as urgências, em direção natalista ou antinatalista. Através da economia política da população forma-se toda uma teia de observações sobre o sexo. Surge a análise das condutas sexuais, de suas determinações e efeitos, nos limites entre o biológico e o econômico (FOUCAULT, 2018, p. 29)

A regulamentação imputada sobre a sociedade interfere em função do econômico, controlando o modo de agir e a forma de viver. E o que fosse contra a reprodução era tido como algo abominável sendo assim rechaçado pela sociedade, no qual o combate era administrado por uma educação controlada e falsamente disfarçada para o controle do que à época julgavam como desvios, estando os moralistas presentes no jogo dos julgamentos do que era certo ou não, excluindo e reprimindo como crime ou doença o que não se adequava ao quadro de atitudes dentro da moral estabelecida.

Através de tais discursos multiplicaram-se as condenações judiciais das perversões menores, anexou-se a irregularidade sexual à doença mental; da infância à velhice foi definida uma norma do desenvolvimento sexual e cuidadosamente caracterizados todos os desvios possíveis; organizaram-se controles pedagógicos e tratamentos médicos; em torno das mínimas fantasias, os moralistas e, também e sobretudo, os médicos, trouxeram à baila todo vocábulo enfático da abominação (FOUCAULT, 2018, p. 40).

O sexo era direcionado para a reprodução e, o que era ensinado nos discursos servia para proibir qualquer outra prática de prazer, essencialmente o prazer que não viesse de uma relação heterossexual. Até o ato sexual dos casais necessitavam de maior cuidado e vigilância, pois posteriormente seria relatado ao padre nas confissões.

A partir do século XVIII, era obrigação falar do ato sexual nas confissões, visto que isso era uma exigência da pastoral cristã. Contudo, o policiamento e as acusações à época provocavam nas pessoas medos e conflitos internos sobre o sexo. As confissões serviam mesmo para reprimir e conter as formas de prazer. O sexo por muito tempo passou a ser visto como pecado, pois deveria ser praticado de acordo com as orientações da Igreja (FOUCAULT, 2018, p. 38).

Bonfim aponta contribuições importantes dos pensamentos de Reich<sup>16</sup> no tocante ao sexo ser um controle social apoderado do patriarcado, é interessante sua observação sobre os seres humanos serem a única espécie a não realizar a lei natural da sexualidade, no qual a burguesia alicerçada num falso moralismo imputava/imputa as pessoas regras excludentes e massacrantes, sem a menor chance de questionamentos ou sem a menor possibilidade de pensar o ser com mais humanidade, acolhimento, prazer e felicidade. Para a sociedade seguir as regras é mais importante que seguir a felicidade.

Para elaborarmos nossas reflexões a respeito da sexualidade, dialogamos com diversos autores; destacamos principalmente nossa interlocução com Reich, que afirma ser o sexo um fator de controle social utilizado pela sociedade patriarcal, ou seja, para ele, a vida social e a sexual estão articuladas. Reich acredita ainda que a cultura rejeita e condena a exigência biológica do prazer, da satisfação sexual natural (orgástica), e que o ser humano é a única espécie que não satisfaz a lei natural da sexualidade. Ele considera que "(...) o processo sexual, isto é, o processo expansivo do prazer biológico é o prazer vital produtivo *per se*" (1975, p. 12). Por meio de sua concepção de sexualidade criada pela análise de pacientes, Reich elaborou uma crítica profunda e radical da vida sexual do ser humano, especialmente consolidada na classe burguesa. Ele observou como a moral do casamento era um empecilho a qualquer reforma sexual. Não queremos com isso negar a necessária crítica à apropriação capitalista das teses de Reich e sua subsunção na dialética do prazer e do consumismo hoje enquadrados na lógica da reprodução do capital e suas relações (BONFIM, 2012, p. 22-23).

A cultura rejeita o prazer na medida em que um/uma homossexual sofre diversas manifestações de preconceito, inclusive e, primeiramente no seio da sua família influenciada por uma cultura que não considera o prazer. O amor, o prazer e a união homossexual ainda agridem aos olhos da sociedade. Para a sociedade patriarcal e conservadora, o importante é conservar os velhos costumes que nem mesmo muitos conhecem sua história e nem os motivos que prendem pessoas a terem esse tipo de pensamento conservador, excludente e arraigado ao patriarcado.

De acordo com Foucault, a proibição ditada por qualquer tipo de poder não impede que um fato aconteça, o que acontece em toda proibição é torná-la lícita ou ilícita. Nesse sentido, o poder político e religioso exerce um controle social embasado na ideologia gerando regras e punições. Marca fronteiras do que pode ou não ser feito e quem pode.

<sup>16</sup> Wilhelm Reich foi um médico psicanalista e cientista natural, ex-colaborador de Sigmund Freud, rompeu com este para dar prosseguimento à elaboração de suas próprias ideias no campo da psicanálise. Reich elaborou teorias em muitos ramos da ciência, como psicologia, psicanálise, biologia, sociologia, educação, química, física, sexologia, filosofia e vários outros ([https://pt.wikipedia.org/wiki/Wilhelm\\_Reich](https://pt.wikipedia.org/wiki/Wilhelm_Reich)).

A relação negativa. Com respeito ao sexo, o poder jamais estabelece relação que não seja de modo negativo: rejeição, exclusão, recusa, barragem ou, ainda, ocultação e mascaramento. O poder não “pode” nada contra o sexo e os prazeres, salvo dizer-lhes não; se produz alguma coisa, são ausências e falhas; elide elementos, introduz descontinuidades, separa o que está junto, marca fronteiras. Seus efeitos tomam a forma geral do limite e da lacuna (FOUCAULT, 2018, p. 91).

Concordamos com o autor no que refere a relação negativa do poder, o mesmo reprime e não consegue educar, proíbe retirando a liberdade sem conscientizar.

A década de 70 marcou um período de repressão para a Educação sexual, visto que os acontecimentos políticos da década anterior constituem para a história do país um período de retrocesso. Nesse período foi implementada a política de planejamento familiar, a qual proibiu escolas públicas de transmitirem informações sobre meios anticoncepcionais e controle de natalidade, a medida limitou os assuntos e interferiu nos programas que vinham sendo desenvolvidos (MATARÓ, 1990 apud FIGUEIRÓ, 2010). As ações repressivas destacadas nos anos 70 sem fundamento de resolutividade assemelham as falas e medidas da atualidade, as quais destacaremos mais a diante.

Entender esse período repressivo como solução para algo é como viver no escuro, ou em uma lacuna sem respostas é como se a questão não marcasse uma lógica com sentido plausível. Realmente, não concordamos com a repressão, mas com um processo eficaz de educação conscientizando com o debate e, esclarecendo os diversos temas para possibilitar a solução.

De acordo com Bonfim (2012, p. 124), após tantos anos de repressão sexual, passamos para a banalização da sexualidade, sem encontrar um ponto de equilíbrio. Ou seja, de um período repressivo que não ofereceu educação que possibilitasse uma conscientização sobre o tema, para a busca de informações por contra própria em meios que oferecem a “deseducação”.

Informações ou desinformações sobre sexo estão em todos os meios de comunicação. Alguns dizem que as crianças sabem mais sobre sexo do que muitos adultos. Eu diria que elas até podem saber sobre sexo, mas não sabem sobre sexualidade (e é aí que reside a diferença), pois aprendem equivocadamente por intermédio dos meios de comunicação e de muitos adultos alienados e influenciados por esses mesmos veículos ou pela educação dogmática que tiveram. Sendo assim, crianças e adolescentes constroem ou uma visão repressiva ou, no outro extremo, uma visão banal, quantitativa e mercantilista da sexualidade. Então, a culpa pela crise social sexual, pela vivência de uma erotização precoce e por uma infância cada vez mais curta é de quem? (BONFIM, 2012, p. 95).

Falar sobre sexualidade aos jovens possibilitará aos mesmos mais conhecimentos e, sanar suas dúvidas evitará que busquem outras fontes de informação, que nem sempre são as mais adequadas, recorrendo por vezes a indústria pornográfica como única fonte. Para Bonfim (2012, p. 94) a ideia de que falar sobre sexualidade “induziria a uma sexualidade precoce” é equivocada e por ser “velado e oculto” contribuía acentuadamente para despertar a curiosidade. A autora sugere que a abordagem deve “ser feita de maneira natural e crítica, sempre utilizando uma linguagem coerente” e ainda ressalta que as dúvidas nem sempre são atendidas da maneira correta.

### **3.2. Educação sexual nas escolas e seus desdobramentos**

A educação sexual é um tema bastante polêmico na atualidade, vem suscitando debates entre conservadores e não conservadores mobilizando a opinião pública. Os conservadores defendem que educação sexual deve ser assunto tratado pelos pais e, que a escola não deve interferir nesse processo. Pensando criticamente nesse assunto é cabível um questionamento: e quando foi que a escola efetivamente conseguiu ensinar efetivamente educação sexual?

(...) embora a Educação Sexual seja tratada, na maioria das vezes, como uma parte da educação global, ou muitas vezes à parte dela, as suas experiências práticas cotidianas, bem como suas pesquisas e estudos são, muito possivelmente, influenciados também pela presença da Pedagogia Tradicional, ou seja, por uma concepção Filosófica Humanista Tradicional da Educação (FIGUEIRÓ, 2010, p. 143).

O conteúdo que geralmente é passado nas aulas de ciências ou biologia, trata-se no máximo de informações sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), métodos contraceptivos e o corpo humano, ficando aquém os temas sobre sexualidade. “A educação sexual tem sua origem caracterizante pelo aspecto informativo biologizante e repressivo às manifestações da sexualidade” (AQUINO, 1997, p. 111 apud BONFIM, 2012, p. 33).

Rena (2014) aborda em seu livro experiências de oficinas ofertadas à adolescentes e, em uma delas o pesquisador pede para que façam a distinção de sexo e sexualidade. “Nas respostas à questão “O que é sexo?” Identificamos vinte e seis diferentes ideias ou significados associados à experiência da sexualidade” (p. 122). Ou seja, percebe-se uma confusão entre os dois termos ou até a dificuldade em

entender o significado correto, confirmadas nas palavras do autor: “os grupos revelaram grande dificuldade em responder à questão “O que é sexualidade? (p.124).

Em muitas respostas podemos perceber fortemente o fator cultural, por exemplo a resposta de um adolescente do sexo masculino de 16 anos que ao responder à questão o que é sexo? Relata: “é uma forma de casal transarem (Sic) para engravidar a mulher sem sexo não a nenhuma gravidez e nenhum filho no mundo inteiro” (RENA, 2014, p. 121) percebemos fortemente a cultura do patriarcado e o sexo sendo reconhecido apenas para reprodução.

Um adolescente de 16 anos que poderia ter acesso a discussões que desmistificasse os preconceitos criados em torno do sexo, discussões que possibilitariam esclarecimento sobre temas relevantes para auxiliar no seu desenvolvimento. Os debates não garantiriam a mudança total do seu pensamento, mas colocaria um leque de ideias possíveis e principalmente o respeito sobre a diversidade do ser.

A escola, sendo um espaço de construção, torna-se um ambiente adequado para educação sexual, que se bem fundamentada, aplicada e dirigida por profissionais qualificados, aptos a explorar as vertentes biológicas, históricas, políticas, sociais, entre outras, podem contribuir com a aprendizagem e a formação integral de indivíduos, apesar da repressão sexual (BUENO, 2018, p. 25).

Ainda segundo Bueno (2018) a formação profissional na graduação não possibilita ao profissional maior segurança sobre o tema e isso faz com que os mesmos optem por silenciar ou se esquivar.

Um esclarecimento inicial ao professor e que as reflexões sobre os diversos temas da sexualidade, inclusive sobre o sexo em si, devem ser feitas sem preconceito ou vergonha. Para que isso ocorra, é imprescindível que haja um clima de confiança e respeito entre o educador e os alunos. O professor deve evitar emitir juízo de valor, e ter em mente que os esclarecimentos têm que ser feitos com base nos interesses e curiosidades de seus alunos, ora de forma individual, ora de forma coletiva (BONFIM, 2012, p. 44).

Segundo a autora, o professor não deve impor suas verdades, mas propiciar a reflexão para auxiliar o aluno a encontrar suas respostas definindo seus valores. Bonfim apresenta formas de trabalhar a educação sexual através da música.

Existem diversas maneiras de desenvolver atividades pedagógicas que trabalhem a educação sexual: músicas que retratem questões e metáforas sobre a sexualidade, cenas de novela, propagandas televisivas e filmes. Com base em escritos e letras de músicas podemos provocar reflexões sobre como se deram as relações afetivo-sexuais historicamente e como elas se dão nos dias de hoje; trabalhar valores éticos e estéticos; analisar comportamentos, pensamentos e expressões da sexualidade, levando os alunos a uma visão mais ampla e crítica de como podemos viver a

sexualidade com liberdade, responsabilidade e afetividade (Idem, ibidem, p. 44).

A experiência de educar é perpassada pela paciência e nesse processo o educador deve sempre lembrar, por mais que as vezes seja difícil aceitar um posicionamento de um determinado aluno, que o mesmo é constituído de uma vivência que lhe adiciona um conjunto de entendimentos. Contudo, não quer dizer que não precise modificar sua forma de pensar, por isso devemos sempre lembrar do respeito ao próximo e do direito de liberdade.

### **3.3. A educação sexual e sua relevância para a saúde**

A educação sexual dentre todas as suas relevâncias na formação do ser, é necessariamente importante para trabalhar na prevenção da gravidez na adolescência e as doenças sexualmente transmissíveis. É de extrema importância que o adolescente esteja ciente de suas responsabilidades na sociedade, onde ter um filho nessa fase pode causar diversos transtornos para os mesmos, para a família ou até para a criança. A tomada de consciência deve vir por meio de uma educação sexual que aborde esses temas de forma eficaz, fazendo com que o adolescente pense e possa planejar com responsabilidade sua vida no presente.

(...) a importância da educação sexual pelo viés da saúde sexual. Com relação a isso, o Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/AIDS e das Hepatites Virais apontou, através de um levantamento de dados, desde o início da epidemia (1980) até junho de 2016, que, no Brasil, encontram-se cerca de 840 mil casos de AIDS registrados. Anualmente a média é de cerca de 41,1 mil casos, sendo que a principal forma de transmissão do vírus, para maiores de 13 anos, é a sexual (BUENO, 2018, p. 26)

A gravidez na adolescência deve ser debatida mostrando sempre os riscos e os possíveis problemas fazendo o adolescente pensar sobre sua vida, visto que a mesma oferece riscos de morte, ou problemas de saúde para a mãe e para a criança.

Azevedo (2014) faz uma explanação sobre as principais complicações relacionadas à gravidez na adolescência.

Do ponto de vista biológico, dentre as consequências da gravidez para a adolescente, citam-se maiores incidências de síndrome hipertensiva da gravidez (SHG), anemia, diabetes gestacional, complicações no parto, determinando aumento da mortalidade materna e infantil. É importante notar que alguns estudos têm demonstrado aumento na incidência de intercorrências pré-natais, intraparto e pós-parto entre gestantes adolescentes. No tocante aos problemas com o recém-nascido, a gravidez na adolescência está associada a taxas mais elevadas de baixo peso ao nascer (BPN), parto pré-termo, doenças respiratórias e toco-traumatismo,

além de maior frequência de complicações neonatais e mortalidade infantil (AZEVEDO et al., 2014, p. 2).

O tema da saúde deve ser presente na educação sexual demonstrando todas as possíveis dificuldades e riscos nessa fase em que os adolescentes ainda estão em formação, por isso é passível de insistência uma educação sexual que discuta diversos temas incluindo a análise social objetivando sempre a crítica.

Dadoorian (2003) relata que a psicologia aponta para o desejo de ser mãe estar relacionado com os modelos sociais e, como o nosso modelo é baseado no patriarcado, no qual a mulher é a dona de casa, cuidadora dos filhos entenderia pela vontade dos adolescentes estarem juntos e formarem esse segmento patriarcal. Contudo, a realidade social não permite que esse projeto venha acontecer tornando esse desejo passível de frustração, por isso a necessidade de uma educação sexual que discuta o leque de assuntos que envolvem uma gravidez indesejada.

A educação sexual tem sua relevância no combate e controle das DSTs, debatendo a seriedade de se ter prevenção e responsabilidade no controle de doenças consideradas problemas de saúde pública a nível mundial, visto que o vírus HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) ainda não há uma cura, pelo menos disseminada. A prevenção se dá unicamente por meio do preservativo, seja masculino ou feminino, no que confere a contribuição da educação sexual na diminuição dos índices de contágio.

(...) consideramos que a educação sexual pode contribuir (entre outros fatores) para a diminuição dos índices de gravidez na adolescência e a redução da transmissão de DSTs entre os jovens, tornando-os conhecedores do que representa a sexualidade humana, para eles próprios e para o contexto da sociedade brasileira. Ressaltamos ainda a necessidade de esclarecimentos acerca dos tabus e preconceitos existentes na sociedade, promovendo o respeito à liberdade de expressão e à orientação sexual de cada um e discutindo os conceitos de puberdade, sexo seguro, aborto, opção sexual, abusos sexuais, violência, reconhecimento geral dos órgãos sexuais humanos e suas funções, sexo com reprodução e prazer (BONFIM, 2012, p. 34).

Segundo o Portal Correio<sup>17</sup> (2019) os dados da Secretaria de Saúde da Paraíba são considerados alarmantes e mostram que os casos registrados de infecção pelo vírus HIV aumentaram em 2.350% em dez anos em pacientes entre 20 e 29 anos. Ainda de acordo com o Portal Correio o Estado vive uma verdadeira epidemia e o fato dessa multiplicação se dá por falta de prevenções. Com isso,

<sup>17</sup> <https://portalcorreio.com.br/casos-de-hiv-aumentam-2-350-em-dez-anos-entre-jovens-na-pb/>

podemos perceber o quão é fundamental a participação constante do poder público e, é imprescindível que cada Estado e a sociedade civil estejam imbuídos na continuidade do combate as ISTs<sup>18</sup>, HIV/Aids e das hepatites virais.

Medidas como a Prevenção Combinada<sup>19</sup> tem sua relevância por prevenir ou garantir qualidade de vida, desde que a boa adesão ao tratamento tornam os níveis de carga viral baixos, no qual é praticamente nula a chance de transmissão (MINISTÉRIO DA SAÚDE).

### **3.4. A importância da educação sexual e suas reflexões nas relações de gênero.**

Outra questão que também é atravessada pelo debate da educação sexual são as questões de gênero e para tanto a educação sexual tem sua importância ao abordar a desigualdade de gênero permitindo que amplie o entendimento e a tolerância sobre a diversidade, pretendendo evitar as discriminações existentes na sociedade.

(...) resgatar o gênero implica que homens e mulheres possam, em conjunto, de acordo com as necessidades de cada momento histórico reavaliar a forma de viver e as possibilidades de ação de cada um, seus deveres e seus direitos, e viabilizar as mudanças na forma de viver e de atuar na sociedade, com a preocupação sempre central de conquistar o bem-estar, o crescimento pessoal e a felicidade de ambos, em um ambiente no qual nenhum sexo vale mais que o outro e em que todos – homens e mulheres – sejam merecedores de direitos iguais. Interessante que se inclua, nesse conjunto, as pessoas LGBTTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) (FIGUEIRÓ, 2010, p. 130).

O aprendizado almeja combater a violência que parte da intolerância pelo diferente, entender que o outro tem direito a liberdade de viver de acordo com suas escolhas sem infringir os direitos constitucionais é respeitar a diversidade e, principalmente a liberdade garantida a todos os cidadãos, com isso a educação teria

<sup>18</sup> Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) são causadas por vírus, bactérias ou outros microrganismos. São transmitidas, principalmente, por meio do contato sexual (oral, vaginal, anal) sem o uso do preservativo com uma pessoa infectada. O tratamento melhora a qualidade de vida e interrompe a cadeia de transmissão dessas infecções (MINISTÉRIO DA SAÚDE).

<sup>19</sup> A Prevenção Combinada associa diferentes métodos de prevenção ao HIV, IST, e hepatites virais. O tratamento é feito ao mesmo tempo ou em sequência. Os métodos que podem ser combinados são a testagem regular para HIV, a prevenção da transmissão vertical, o tratamento das infecções sexualmente transmissíveis e das hepatites virais, a imunização para hepatites A e B, programa de redução de danos para usuários de álcool e outras substâncias, profilaxia pré-exposição (PrEP), profilaxia pós-exposição (PEP) e o tratamento de pessoas que já convivem com HIV (Idem, ibidem).

seu fator preponderante na construção educacional do ser humano consciente do direito de assegurar a igualdade.

Não incentivar a discussão de gênero e sexualidade na escola contribui para a persistência das desigualdades e discriminações sociais, bem como para expressões de violência, no espaço escolar ou em outros ambientes sociais. O debate sobre gênero e sexualidade na escola pode diminuir o machismo e a misoginia, conduzir à promoção da igualdade de gênero e da diversidade sexual, por meio do aprendizado do convívio com diferenças socioculturais. Assim, evitam-se situações de sofrimento, adoecimento e abandono escolar por razões que não competem somente a adolescentes (BRANDÃO e LOPES, 2018).

Debates que proporcionem a inserção e o reconhecimento das minorias sociais como cidadãos detentores de direito, evitando sofrimentos com a exclusão por não se enquadrarem nas normas ditadas socialmente, gerando adoecimento por não conhecerem os processos históricos vividos numa sociedade de poder patriarcal, que vive em função do lucro, a qual não evolui e permanece presa a regras sociais.

Torrão Filho (2005) expõe que a diferenciação entre os sexos estaria definida na construção social que projeta características específicas aos homens como as mulheres, pois as mulheres aprendem desde cedo a ser femininas e submissas e os homens são vigiados na sua criação a conservarem a masculinidade, com características dominadoras e ativas. Os dois extremos estariam classificados numa identidade binária, no qual os dois são opostos, mas se completam.

Outra faceta da violência contra a mulher no Brasil, o feminicídio, também aumentou ao longo da última década. De acordo com o levantamento, o número de casos registrados de homicídios contra a mulher teve um acréscimo de 15,5%, acumulando um total de 4.645 mortes só em 2016. Em alguns estados, como o Rio Grande do Norte e Amazonas, o crescimento alcançou a casa dos 130% entre 2006 e 2010. Contudo, o estado com a maior taxa de homicídios contra mulheres é Roraima, onde há uma morte para cada 100 mil habitantes (SALGADO, 2018)

A importância da educação sexual nesse sentido contribuiria para quebrar o ciclo de violência e de domínio do machismo perpassado nas gerações. Os questionamentos e argumentos contra a violência e dominação estarão alinhados aos princípios de liberdade e igualdade baseados no direito do cidadão e não na sobreposição de um sobre o outro.

Entre 2013 e 2014, 26 unidades da federação aderiram ao Programa Mulher: Viver sem Violência do Ministério da Saúde. Os eixos do programa incluem a implementação da Casa da Mulher Brasileira, a ampliação da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, a organização e humanização do atendimento às vítimas de violência sexual, a implantação e manutenção dos Centros de Atendimento às Mulheres nas regiões de fronteira seca, campanhas continuadas de conscientização e unidades móveis para atendimento a mulheres em situação de violência no campo e na floresta. (MINISTERIO DA SAUDE, 2015).

De acordo com o Jornal da Paraíba<sup>20</sup> (2018) dados levantados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revelaram que o Estado da Paraíba ocupa o 12º lugar no país com uma taxa de 5,3 assassinatos, para cada grupo de 100 mil mulheres. Algumas medidas estão sendo tomadas na tentativa de agilizar e de chamar atenção para os processos, os mesmos serão notificados com uma tarja cor de rosa com o objetivo de atualizar os números e identificar os casos de feminicídio.

Outro fato importante foi a criação de uma Lei nº 11.166/2018<sup>21</sup>, institui o Dia Estadual de Combate ao feminicídio na Paraíba. O dia 19 de junho será demarcado para o combate e a conscientização ao feminicídio e todas as formas de violência contra a mulher. Essas medidas representam ações interessantes, desde que educar no intuito de promover uma conscientização pode atuar quebrando o estigma da cultura, como pode despertar nas próprias mulheres a não aceitação da agressão para que não se calem e denunciem. Ademais, as medidas punitivas precisam estar no seu rigor de atuação.

Em reportagem a Agência Brasil a subprocuradora-geral da República, Luiza Cristina Frischeisen afirma que ter uma educação voltada para igualdade de gênero nas escolas é essencial na prevenção da violência contra a mulher.

A reportagem menciona uma plataforma de educação em direitos humanos, desenvolvida pelo Ministério da Educação (MEC) que vai dar suporte na educação básica tratando de direitos humanos e igualdade, incluindo a igualdade de gênero. A plataforma é aberta a qualquer cidadão, sendo direcionada para comunidade escolar e familiar, no qual os textos vão tratar sobre diversidade na escola e questões de preconceito, discriminação e bullying, educação e direitos humanos no cotidiano e mediação de conflitos. A previsão de lançamento era para dezembro de 2018, disposta no próprio site do MEC.

Com isso, torna-se imprescindível que as escolas se apropriem dos textos, esmiúcem seus conteúdos com os alunos, repensem trabalhos com a participação dos pais para que essas questões sejam trabalhadas e divulgadas, visto que o fato de dispor uma plataforma no site do MEC não quer dizer que a comunidade e as famílias terão fácil acesso, por isso a importância da escola na atuação desse processo.

<sup>20</sup> [http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida\\_urbana/feminicidio-paraiba-ocupa-12o-lugar-no-pais-e-justica-prepara-enfrentamento.html](http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/feminicidio-paraiba-ocupa-12o-lugar-no-pais-e-justica-prepara-enfrentamento.html)

<sup>21</sup> Lei nº 11.166 de 11 de julho de 2018, institui o dia estadual de combate ao feminicídio na Paraíba e dá outras providências (Assembleia Legislativa da Paraíba).

### 3.5. Educação sexual na prevenção da violência sexual

A violência sexual é um grave problema na atualidade, visto que o ato que deveria ser de proteger, por se tratar de criança e adolescente em fase de desenvolvimento, está sendo substituído pela desproteção. A família designada para os cuidados com a criança e o adolescente agride na pior forma possível que é a confiança depositada ao seu ciclo de cuidadores.

Segundo Meyer (2017, p. 35) “a maior parte da violência sexual contra crianças e adolescentes é praticada por parentes ou pessoas próximas e conhecidas, tornando maior a dificuldade da denúncia”, o autor apresenta estimativa da OMS (Organização Mundial da Saúde) onde estima-se que menos de 10% dos casos cheguem às delegacias.

Em casos de violência sexual o profissional, seja da saúde ou da assistência social, deve realizar a notificação compulsória imediata em até 24 horas, para que sejam tomadas medidas de contracepção de emergência e profiláticas em relação às doenças sexualmente transmissíveis em até 72 horas da agressão (Ministério da saúde, 2018).

A notificação imediata é fundamental para organização dos serviços a fim de que seja garantido o acesso às medidas de prevenção dos agravos resultantes da violência sexual em tempo oportuno. A notificação se dará a partir do fluxo definido pela vigilância local, no qual o serviço de saúde notifica via ficha de notificação, telefone, fax ou outro meio específico à vigilância municipal e encaminha a pessoa que sofreu a violência para os serviços de referência para violência sexual no setor saúde e rede de proteção. É importante a agilidade deste fluxo para garantir que a vigilância tenha conhecimento destes casos, e que eles sejam encaminhados ao seguimento adequado. Portanto, é necessário articular a notificação do caso à vigilância epidemiológica do município, imediatamente após o seu conhecimento com o encaminhamento imediato da pessoa para a rede de atenção à saúde. (MINISTERIO DA SAUDE, 2018).

De acordo com o exposto a notificação, o Conselho Tutelar e o Ministério Público devem ser acionados no caso de violência contra crianças e adolescente para que sejam garantidos os direitos e as medidas de proteção em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Salgado (2018) aponta um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), o qual indica que 50,9% dos casos foram contra crianças menores de 13 anos de idade e que 30% dos crimes foram cometidos por pessoas próximas, como conhecidos e amigos da família. Os números expressam uma lacuna na proteção com as crianças

e adolescentes e para tanto, faz-se necessário ações de educação que incentivem a prevenção, a percepção e na agilidade da denúncia.

Meyer (2017) apresenta uma forma de educação sexual através do lúdico. Um jogo chamado Trilha da Proteção que contém conteúdo para o enfrentamento e prevenção da violência sexual. O jogo é indicado para crianças de 6 a 12 anos e alerta para situações de possíveis riscos da violência sexual, ensinando a reconhecer atitudes abusivas, o que a criança pode fazer e quem deve procurar para denunciar.

(...) inúmeros estudiosos vêm repetidamente salientando a importância do lúdico, seja nas mais variadas áreas do conhecimento humano. Sua capacidade de apelo com os pequenos estudantes é ainda maior devido às circunstâncias em que se encontram seus pensamentos e maturidade mental/emocional (Idem, ibidem, p. 104).

O jogo seria uma ferramenta interessante e importante no uso da educação sexual de crianças, para que desde cedo tenhamos um cuidado com a prevenção e a proteção à violência sexual na infância.

A violência sexual, infringida contra a criança, mesclada e permeada pelas inúmeras outras formas de violência que os adultos podem realizar, deve ser tratada como um problema social e cultural e não apenas como casos isolados de famílias em desarranjo ou sob a influência de vícios ou doenças mentais (Idem, ibidem, p 103).

Com isso a educação das crianças não pode faltar ensinamentos que auxiliem na proteção. O jogo expõe situações que as crianças vão julgar perigosas ou não e deve ter o acompanhamento de um adulto que encaminhe as respostas corretas, tornando o jogo um momento de aprendizado benéfico na proteção e desenvolvimento das crianças.

Claro que o jogo é um bom recurso, contudo é um elemento que deve estar incluído numa educação sexual constante.

### **3.6. A atualidade, neoconservadorismo e os tabus sobre sexualidade**

O controle do poder sobre o sexo seja o controle da moral da Igreja ou o controle do Estado aliado à medicina gerou um discurso canalizado para obter outros efeitos, ou seja, falam de sexo de “outra maneira; são outras pessoas que falam, a partir de outros pontos de vista e para obter outros efeitos” (FOUCAULT, 2018, p. 30).

Com isso sempre existiu discursos que não beneficiaram de forma positiva e verdadeira a população, pois o tema estava assediado pelo controle de outros personagens, os que detinham o poder.

Ainda segundo Foucault:

(...) cumpre falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. O sexo não se julga apenas, administra-se. Sobreleva-se ao poder público; exige procedimentos de estado; deve ser assumido por discursos analíticos (FOUCAULT, 2018, p. 27).

Como bem fala o autor, o sexo deve ser inserido para utilidade pública, ser regulado de forma que garanta o bem-estar de todos, ultrapassar o poder, enfim, o sexo deve ser estudado e apresentado como algo natural, não como algo sujo e antinatural. Serve para beneficiar e não para servir de julgamentos, controle ou distorções.

Partindo do ponto que a sexualidade é intrínseca ao ser humano, sua vivência se torna inevitável. Essa vivência oportuniza experiências que geram relatos, palpites e comentários em torno do senso comum, muitas vezes reduzindo-a a um único modelo. A discussão em torno do senso comum dificulta o esclarecimento dos saberes científicos e proporciona conflitos desnecessários, como exemplo encontra-se a palavra sexualidade que, comumente e erroneamente é compreendida como sinônimo do vocábulo sexo. Essa incompreensão suscita no pensamento dos mais leigos uma falsa concepção do assunto, comprometendo a inserção e disseminação de projetos educacionais em sexualidade na comunidade, principalmente a escolar. A ausência desses projetos contribui com o aumento do número de gravidez na adolescência, de infecções sexualmente transmissíveis IST/AIDS, da violência sexual, da violência de gênero, da intolerância homoafetiva, entre outros. (BUENO, 2018, 18-19).

A dificuldade que se tem em conduzir a educação sexual perpassa como sempre o foi pelo poder mais precisamente, na atualidade, pela bancada conservadora do poder legislativo que dificulta a condução de projetos, fundamentados em distorções disseminadas constantemente nos meios midiáticos.

Arraigados ainda no passado, em suas credices e em seus preconceitos, encontram-se atualmente representantes do poder legislativo que ignoram a laicidade do Estado e colocam seus valores e suas religiões acima do bem comum, dificultando o ensino da educação sexual dentro da escola. A limitação da visão e do conhecimento na educação sexual conduz o pensamento dos leigos e relaciona o sexo ao ato sexual. A malícia do adulto infere na oportunidade de desconstruir mitos e tabus (IDEM, IBIDEM, p. 21).

Os equívocos sobre a educação sexual partindo de uma visão limitada, distorcida e arraigada ao conservadorismo religioso impede cada vez mais que seja posta em prática os debates pertinentes a educação sexual e, que os mesmos promovam os efeitos para uma sociedade baseada no respeito a diversidade.

A campanha presidencial de 2018 foi envolta de diversas notícias falsas, nunca ninguém ouviu tanto sobre Fake News<sup>22</sup>. Essa distorção da verdade pode causar diversos prejuízos a sociedade, pois muitos não procuram o outro lado da notícia e acabam reproduzindo a mentira.

Estamos nos referindo mais precisamente ao “kit gay” termo inventado pelo candidato Jair Bolsonaro, o qual foi desmentido pelo site G1<sup>23</sup> que noticiou como sendo uma fake News. O site esclarece que “Kit gay” foi um apelido dado ao então projeto Escola sem Homofobia, voltado para a formação de educadores, ressaltando que o material não tinha previsão de distribuição para alunos.

A reportagem também cita que o livro<sup>24</sup> criticado por Bolsonaro não fazia parte do projeto. O então candidato a presidente proferia inverdades quando associava o fato ao seu adversário nas urnas, Fernando Haddad que a época ocupou o cargo de ministro da educação entre os anos 2005 e 2012. Bolsonaro também afirmava que o livro citado seria distribuído para crianças de 6 anos, onde o mesmo se mostrava extremamente preocupado com a educação dessas crianças.

Vejamos que um fato como esse torna limitado o conhecimento. A educação sexual fica barrada por distorções e inverdades criadas com outros propósitos, no qual chega a ser vista como algo ruim, como algo prejudicial e, sabemos que não é. Enquanto o poder, seja político, econômico ou religioso afirmarem fatos sem a comprovação crítica e real, ficará difícil promover o desenvolvimento do ser.

Faz-se necessário ilustrar aqui o abismo que nos encontramos, até mesmo para situar o leitor sobre as dificuldades em encampar a defesa da educação, em uma

<sup>22</sup> Fake News significa “notícias falsas”. São as informações noticiosas que não representam a realidade, mas que são compartilhadas na internet como se fossem verdadeiras, principalmente através das redes sociais. Normalmente, o objetivo de uma fake News é criar uma polêmica em torno de uma situação ou pessoa, contribuindo para o denegrimento da sua imagem. Por ter um teor extremamente dramático, apelativo e polêmico, as fake News costumam atrair muita atenção das massas, principalmente quando estas estão desprovidas de senso crítico. (<https://www.significados.com.br/fake-news/>)

<sup>23</sup> <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/16/e-fake-que-haddad-criou-kit-gay-para-criancas-de-seis-anos.ghtml>

<sup>24</sup> Livro Aparelho Sexual e Cia – um guia inusitado para crianças descoladas, do suíço Philippe Chappuis, publicado no Brasil pela Companhia das Letras. O MEC e a editora responsável negam que a obra tenha sido utilizada em programa escolar. O candidato Jair Bolsonaro participou de entrevistas em sua campanha afirmando que o livro fazia parte do material do kit gay que seria distribuído para crianças de 6 anos (Idem, ibidem).

sociedade totalmente desconectada com a verdade e com o mínimo de realidade aceitáveis. Recentemente nos deparamos com polêmicas envolvendo a Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Damares Alves envolveu-se em inúmeras polêmicas em menos de cinco meses de mandato. Tentaremos expor as pertinentes ao tema proposto. A mais recente é sobre o filme *Frozen* uma aventura congelante da Disney, a ministra declara que a personagem seria lésbica porque termina sozinha no castelo de gelo.

Por que ela termina sozinha no castelo de gelo? Porque ela é lésbica. Nada é por acaso. O cão é muito bem articulado. Aí agora a princesa do *Frozen* vai voltar para acordar a Bela Adormecida com um beijo gay. Isso é muito grave. Eu fui menina e sonhei em ser princesa. Eu sonhei com o meu príncipe encantado. A gente está abrindo uma brecha na cabecinha da menina de três anos para sonhar com princesa, declara ela (CORDEIRO, 2019).

Os posicionamentos da ministra contêm impressões de um seguimento religioso presenciado também de forma mais intensa nessa última eleição de 2018, onde o aumento do conservadorismo traz a predileção desse viés religioso. Damares que é pastora evangélica imprime seu posicionamento por uma visão que não tem sentido lógico. Não faz sentido associar a situação da princesa do filme *Frozen* com uma orientação sexual. Ademais, a ministra instiga o ódio quando associa o lado ruim a condição de lésbica, ferindo o respeito a diversidade e a liberdade.

Vale apontar, que pessoas comuns com este tipo de posicionamento na sociedade já é grave, no entanto, quando se trata de uma pessoa pública, que está à frente de um ministério que deveria realizar exatamente o caminho oposto, se torna ainda mais grave, pois são estas pessoas que irão estar à frente das políticas públicas para estes seguimentos e que irão também formar opiniões.

Silva (2018) citando Mendes (2010) esclarece que o machismo seria uma ideologia de gênero porque relega a mulher um lugar inferior e de submissão ao homem e, o mesmo acontece com os posicionamentos LGBTfóbicos, pois subjugam os sujeitos que possuem orientação sexuais e identidade de gênero diferentes da norma.

Diante o exposto faz-se necessário o aprofundamento dos debates sobre educação sexual para que casos como esse não impliquem em opressão na vida dos que não se enquadram no padrão heteronormativo<sup>25</sup>, mas que tornem todos iguais independente de suas escolhas sexuais.

<sup>25</sup>Heteronormatividade é um termo usado para descrever situações nas quais orientações sexuais diferentes da heterossexual são marginalizadas, ignoradas ou perseguidas por práticas sociais,

Veiculado através do Jornal O Globo<sup>26</sup> constam em 2013 duas polêmicas, uma Damares contesta a teoria da evolução por dizer que a igreja perdeu espaço ao deixar que a teoria da evolução entrasse nas escolas. Ainda, polêmicas envolvendo zoofilia e Fake News acerca de práticas de masturbação em bebês.

Outro caso polêmico foi “menina veste rosa e menino veste azul”. A ministra Damares no dia da cerimônia de posse citou que seria inaugurada uma “nova era” no país, em que “menino veste azul e menina veste rosa”. Chamada a esclarecer o fato a ministra disse que fez uma metáfora contra a ideologia de gênero e que não acreditava que as pessoas iriam limitar as cores de seus guarda-roupas (CORDEIRO, 2019). São tantas declarações e polêmicas que causa estranheza, ainda mais vindas de representantes governamentais, os quais deveriam assumir postura de laicidade, visto que é preconizado constitucionalmente que o Estado seja laico.

[...] os materiais que definiam a “Ideologia de Gênero”, grosso modo, como um conjunto de ideias falsas, de origem marxista, que têm o objetivo de aniquilar a família natural, fomentar toda sorte de libertinismos sexuais incluindo as uniões homoafetivas, a pedofilia, a zoofilia e a necrofilia. Trata-se de uma definição criada e propagada originalmente pela Igreja Católica a partir do final da década de 1990 (SILVA, 2019).

De acordo com o mesmo autor o uso do termo “ideologia de Gênero<sup>27</sup>” estimula o descrédito das pautas dos movimentos, causando o pânico moral que incita a intolerância e o ódio contra aqueles que não atendem as normas estabelecidas (Idem, ibidem).

Como podemos perceber a ministra expõe seu lado religioso e com isso envolve-se em outra polêmica ao dizer que mulher é submissa ao homem no casamento.

Fiz essa fala na minha igreja. Dentro da doutrina cristã, lá dentro da igreja, nós entendemos que, num casamento entre homem e mulher, o homem é o líder. Então essa é uma percepção da minha igreja, da minha fé. Quero dizer, com isso, que todas mulheres devem ser submissas? Abaixar a cabeça para o patrão, para o agressor, para os homens que estão aí? Não. Mas dentro da minha concepção cristã, no casamento, a mulher é submissa ao homem sim. É uma questão de fé. Isso não me faz menos capaz de dirigir esteministério.

crenças ou políticas. Isto inclui a ideia de que os seres humanos recaem em duas categorias distintas e complementares: macho e fêmea; que relações sexuais e maritais são normais somente entre pessoas de sexos diferentes; e que cada sexo tem certos papéis naturais na vida (WIKIPEDIA, 2019).

<sup>26</sup> <https://oglobo.globo.com/sociedade/em-video-de-2013-damares-disse-que-turistas-vaio-hotéis-fazenda-de-fachada-para-transar-com-animais-23379659>

<sup>27</sup> Ideologia de gênero consiste numa grotesca deturpação dos estudos de Gênero, criada por uma parte mais conservadora da Igreja Católica definida como um conjunto de ideias falsas, de origem marxista, que tem o objetivo de aniquilar a família natural, fomentar toda sorte de libertinismos sexuais incluindo as uniões homoafetivas, a pedofilia, a zoofilia, a necrofilia e o que mais se criar (SILVA, 2018)

Não me faz mais incompetente. É uma questão de fé dentro do meu segmento - disse Damares (SOUZA, 2019).

Dentre os posicionamentos de Damares destacaremos a seguir dois que sobressaem e estimulam uma visão benéfica para a sociedade. O primeiro refere-se ao seu posicionamento em relação a violência contra a mulher, porém não há a necessidade de usar termos que remetem a contos românticos como abrir a porta de um carro, porque há situação mais urgente como a igualdade salarial que inferioriza às mulheres historicamente. A mulher já conquistou seu espaço nas fábricas, indústrias escritórios etc, só precisa que seja reconhecido o direito de igualdade.

Vamos ter que falar (sobre violência contra a mulher) desde os quatro anos de idade até o último ano da faculdade, obedecendo o ciclo em que a criança está. A violência contra a mulher vai ter que ser abordada de forma transversal na escola. O menino vai ter que aprender a respeitar e proteger a menina. Quando eu disse que vamos ensinar o menino a abrir a porta do carro, quero dizer não somente isso. Quero dizer que ele terá de abrir também a porta da fábrica, a porta do seu escritório, das indústrias, do seu partido e desse parlamento (Idem, ibidem).

No outro posicionamento da ministra sobre a educação sexual concordamos em partes. Sabemos da importância da educação sexual e Damares contribui com sua fala expondo um relato pessoal vivido em sua infância onde ressalta que o problema foi causado pela falta de educação sexual.

Se eu tivesse recebido educação sexual, acredito que teria me defendido daquele abuso. Eu não sabia o que era aquilo. Estava lá uma menina de seis anos que nunca tinha visto um órgão genital. Fui machucada e não entendia o que estava acontecendo. Se tivesse sido orientada aos seis anos - "aqui é íntimo, ninguém toca, grita se alguém tocar" -, eu teria gritado. Eu não sabia o que fazer. A educação sexual é para proteger as meninas do abuso e para a prevenção da gravidez. Esse governo não é contra, mas vai fazer da maneira certa, obedecendo as especificidades da idade e, mais, o professor sendo preparado para isso - afirmou Damares (Idem, ibidem).

Contudo ao falarmos que concordamos em partes nos referimos "a maneira certa" citada por Damares, que nos causa dúvidas por sabermos do seu viés conservador.

Para tanto concordamos com Bonfim (2012) que objetiva uma educação sexual que não segrega nem distingue as pessoas por qualquer motivo que seja. O intuito é promover a superação dos problemas e o aprendizado se distanciando dos comportamentos excludentes, dominadores e repressivos.

A educação sexual que tanto almejamos objetiva a construção de uma sociedade na qual as relações sejam pautadas pela igualdade de direitos, deveres e espaços; pelo respeito, pela afetividade, pela sensualidade e não pela vulgaridade; pelo erotismo, e não pela banalização e pela pornografia. Um lugar onde homens e mulheres, sejam homossexuais, bissexuais ou

heterossexuais, deixem de ter essa classificação que segrega e sejam tratados, acima de tudo, como seres humanos que somos; uma sociedade em que todos possamos ter uma relação social e sexual pautada pela igualdade. Por isso, voltamos a dizer que a educação sexual (quando acontece na escola, pois nem sempre ocorre) precisa superar a dimensão médico-higienista-biologista que reduz a sexualidade à prevenção de DSTs, aos preservativos e aos anticoncepcionais. É preciso superarmos também a visão meramente procriativa e anatômica da sexualidade, que acaba por reduzir a sexualidade ao sexo (macho e fêmea), às genitálias, como se ela fosse apenas isso. (BONFIM, 2012, p. 35-36).

Concordamos também com a autora que a educação sexual seja um meio para promover debates que provoquem o questionamento e a desmistificação do posto pela sociedade, para fugirmos do feito, do mecânico que a sociedade dita como o correto.

Nosso desejo é provocar diálogos sobre os preconceitos, os tabus, os dogmas, sobre a repressão ou a banalização e a exacerbação da sexualidade dos sujeitos na sociedade capitalista, globalizada, midiática e consumista, perpassando as visões reducionistas da sexualidade impostas por essa sociedade. É necessário encontrarmos um ponto de equilíbrio para a vivência de uma sexualidade saudável e qualitativa (Idem, *ibidem*, p. 36).

Contudo a atenção dada a educação sexual livre de tabus e mistificações, firmada no interesse da quebra do preconceito, do entendimento da sociedade patriarcal - capitalista e da percepção no desenvolver da personalidade para a construção da sexualidade é ponto fortalecedor ao respeito à diversidade.

Postas essas reflexões e apresentado o panorama que se encontra nosso país na atual conjuntura, principalmente com a vitória de Jair Bolsonaro no pleito presidencial e, tudo que isto representa, podemos prosseguir com a pesquisa que se refere a investigação sobre a Educação Sexual em uma escola estadual em Sousa, na Paraíba.

#### 4. O DESAFIO DA EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS ESTADUAIS

Os motivos e desafios da implantação da educação sexual nas escolas perpassam ao longo desse trabalho quando analisamos o processo histórico e social da sociedade, mostrando-se por diferentes vieses como a religião, o capitalismo ou até mesmo as famílias formadas e reprodutoras do patriarcado e do conservadorismo.

E para além das dificuldades postas ainda se percebe a falta nos profissionais: pesquisadores e educadores de uma “visão de que a Educação Sexual formal deve ser um trabalho a longo prazo, que precisa ser sistematizado e ter sua continuidade assegurada, preferencialmente indo desde a Educação Infantil até o Ensino Médio” (FIGUEIRÓ, 2010, p. 198). A autora ainda complementa que é preciso estar alerta para que Educação Sexual não seja aplicada como um programa à parte, mas que ela seja vinculada ao contexto escolar, ou seja que faça parte do todo.

De acordo com Bonfim (2012) a escola seria o ambiente adequado para a Educação Sexual porque é nela que surgem as primeiras interações sociais. É um ambiente formado por diferentes sujeitos que podem expressar suas ideias em debates, orientados por profissionais capacitados proporcionando assim, o aprendizado adequado longe dos tabus e reducionismos.

(...) assim, a escola não pode continuar ignorando que é nela que nascem os primeiros anseios da sexualidade, os primeiros desejos de encontro com o outro; que é nela que nascem de fato as primeiras interações sociais, a construção de identidades e subjetividades (...). Nesse sentido entendemos ser a escola uma das instituições mais importantes de formação de masculinidades e feminilidades, de superação de dogmas, tabus e preconceitos arraigados na visão patriarcal da sexualidade com que fomos educados (p.69).

Figueiró (2010) vê limites nessa transversalidade, pois os professores são condicionados pela bagagem e a precariedade dos seus contextos de formação, visto que há essa carência de investimentos na formação inicial e continuada dos professores. E a transmissão do conhecimento pode ser condicionada por profissionais conservadores, o Estado não oferta cursos de capacitação, a universidade não oferta disciplinas para possibilitar a quebra do conservadorismo, impossibilitando os avanços para a Educação Sexual.

Mesmo diante de questões tão graves e urgentes como estas, a universidade ainda não inseriu, nos cursos de formação de professores disciplinas ou campos temáticos que preparem os docentes para debater a sexualidade, buscando contribuir para a superação dessas problemáticas sociais. Sendo assim, os docentes reproduzem a visão do senso comum sobre sexualidade, perpetuando valores, conceitos e preconceitos embutidos em sua formação, seja ela familiar ou escolar (BONFIM, 2012, p. 119).

A autora também acredita que os primeiros valores sexuais ou sociais devem vir da orientação familiar onde pontua que lamentavelmente a família delegou a escola mais essa demanda.

Dessa forma, diante de uma sociedade sexualmente em crise, na qual visualizamos cotidianamente inúmeros casos de gravidez na adolescência, de pedofilia, de violência sexual em todas as faixas etárias, de DSTs, de preconceitos etc., a escola precisa assumir para si o papel social de informar, orientar e, especialmente, humanizar a vivência da sexualidade. Entendemos que essa demanda da educação sexual deveria ser da família, mas sabemos que muitos pais – alguns por medo de perder o respeito e a autoridade perante os filhos, outros por não conseguirem compreender e viver de maneira plena suas próprias sexualidades, condicionados que estão por dogmas religiosos, outros por desconhecimento ou por constrangimento – deixam de abordar o tema (BONFIM, 2012, p. 70).

Esperamos e torcemos que o conservadorismo que toma conta do Estado, onde no período atual encontra-se amplamente agudizado e, não é exagero o uso do pleonasma porque a situação é posta de portas fechadas e ganha proporções intensas. Podemos perceber, como foi tratado no capítulo anterior, a forte presença conservadora no Governo e a preocupação que temos é sobre as dificuldades posta com relação a Educação Sexual ou que a transformem em um motivo derepressão.

#### **4.1. Metodologia**

O percurso metodológico para Minayo (1994, p. 16) “é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” e nesse caminho faz-se necessário a utilização da abordagem teórica, um conjunto de técnicas e a participação do investigador. Portanto, a utilização da pesquisa é uma prática teórica que vincula pensamento e ação.

Nesse sentido a pesquisa melhor indicada para abordar este trabalho é a pesquisa qualitativa, pois responde às questões particulares que não podem ser quantificadas, envolvendo o universo subjuntivo (Idem, Ibidem).

Para tanto, no decorrer desse trabalho de conclusão de curso buscou-se adequar também a revisão bibliográfica e a pesquisa documental por meio de artigos científicos e reportagens em sites de notícias. As reportagens se justificam devido a dinamicidade a que estamos condicionados, muitos fatos, ações, leis e medidas estão acontecendo a todo o momento nesta conjuntura atual. Desta forma, consideramos de grande valia registrar este tempo histórico que é cenário de nossa reflexão.

A técnica escolhida para a realização da pesquisa de campo foi a entrevista semiestruturada divididas em 4 eixos (disponível nos apêndices).

O primeiro eixo contendo 2 questionamentos, onde o primeiro buscou conhecer o perfil do sujeito pesquisado procurando entender a visão do mesmo em relação ao tema ser tratado nas escolas, na sequência a pergunta utilizada era para saber se o pesquisado se sente à vontade e preparado para falar sobre a temática com seus alunos e dentro da mesma pergunta se ele considerava importante essa ação.

O segundo eixo estruturado em 3 questionamentos englobando as ações praticadas pela Escola para desenvolver a Educação Sexual, onde a primeira questão objetiva conhecer as ações voltadas para a educação e a diversidade sexual na unidade. A segunda procurava saber sobre as parcerias que oportunizassem a intersetorialidade para ampliar o entendimento e tratar de diversos aspectos e a última procurava saber se o profissional conhecia sobre o Projeto Político Pedagógico.

No eixo 3 pensamos em conduzir as 2 perguntas para saber se os profissionais julgavam necessária a capacitação para tratar a temática e se possuíam capacitação voltada para a questão da sexualidade.

O último eixo foi estruturado pensando em investigar as percepções da família e dos alunos. A primeira pergunta é direcionada para identificar se existia alguma resistência por parte da família e se houve alguma situação que denotasse essa reprovação. A segunda pergunta refere-se a demanda da Educação Sexual, buscando desvelar as consequências geradas possivelmente pela falta da Educação Sexual, suas reações e os possíveis casos aparentes na Escola.

Com relação a escolha dos participantes, inicialmente decidimos que a diretora e a coordenadora pedagógica deveriam participar, pois representavam a condução administrativa da escola e se fazia necessário entender o posicionamento desses sujeitos com relação a temática, os demais participantes seriam os professores que consentissem participar da pesquisa.

Educação Sexual por ser tratada de forma transversal delega as demais disciplinas o dever de se adequar a essa temática, então qualquer professor poderia responder a pesquisa. Salientamos aqui a imensa dificuldade em conseguir voluntários para participar da pesquisa, visto que os profissionais da educação estão sempre sobrecarregados por acúmulos de trabalho proveniente da falta de mais

profissionais ou por assumirem cargos em outras instituições devido ao baixo salário atribuído a essa categoria, sendo necessárias diversas tentativas e retornos a escola.

### QUADRO 1 – SUJEITOS DA PESQUISA

| Nome           | Formação   | Cargo e disciplina                   | Idade |
|----------------|--|--------------------------------------|-------|
| Entrevistada 1 | Graduação: Pedagogia<br>Pós-graduação:<br>Fundamentos da<br>Educação   | Professora<br><br>Educação Emocional | 53    |
| Entrevistada 2 | Graduação: Licenciatura<br>em Química<br><br>Pós-graduação: Mestrado<br>em Sistemas<br>Agroindustriais                                 | Professora<br><br>Química            | 46    |
| Entrevistada 3 | Graduação: Licenciatura<br>plena em Matemática   | Professora<br><br>Matemática         | 39    |
| Entrevistada 4 | Graduação: Licenciatura<br>em Ciências<br><br>Pós-graduação:<br>Especialização em Gestão<br>Escolar                                    | Diretora                             | 36    |
| Entrevistada 5 | Graduação: Pedagogia –<br>Habilitação em Supervisão<br>Escolar<br><br>Pós-graduação:<br>Supervisão Escolar e<br>Coordenação Pedagógica | Coordenadora                         | 50    |

#### 4.2. Desvelando as percepções dos educadores da rede estadual

Inicialmente organizamos esse eixo com o propósito de conhecer o perfil do profissional, cabendo a esse eixo a opinião dos profissionais sobre Educação Sexual nas escolas. A primeira pergunta foi direcionada para os profissionais no sentido de buscar entender a percepção dos mesmos sobre educação sexual nas escolas.

É um tema pouco trabalhado na escola onde trabalho (Entrevistada 1).

A escola deve orientar os jovens sobre o sexo seguro, com responsabilidade e amor (Entrevistada 2).

De extrema importância, pois os alunos necessitam de esclarecimentos sobre o assunto, como também suas consequências (Entrevistada 3).

A Educação Sexual é importante em todos os ambientes que um ser em formação frequenta, a escola tem uma oportunidade ímpar pois promove um aprendizado significativo e correto para orientar o adolescente na sua vida social, familiar e pessoal (Entrevistada 4).

É necessário e importante o tema Educação Sexual ser desenvolvido nas escolas, pois trará informações e conhecimentos para os jovens no sentido de cuidado e prevenção (Entrevistada 5).

A Entrevistada 1 ressalta que o tema é pouco trabalhado na escola, contudo sua resposta foi insuficiente em relação a sua percepção sobre o tema, mas ainda assim pontua como um dado interessante, desde que corrobora com as ideias de Figueiró (2002, p. 71) apud Figueiró (2010, p. 115) sobre a limitação da Educação Sexual ser tratada como transversal onde os “limites impostos pela bagagem dos professores e a precariedade dos seus contextos de formação e atuação profissional” ou seja quando a Entrevistada 1 diz que é pouco trabalhada não pontua a interdisciplinaridade entre os profissionais, onde a mesma autora enfatiza que é necessário que haja a atuação interdisciplinar que os mesmos “reúnam-se e planejem em conjunto, para dar conta de um ensino sistematizado das várias temáticas” (idem, ibidem, p 72) apud Figueiró (2010, p. 115).

A Entrevistada 2 e 3 são bastante sucintas, contudo direciona a Educação Sexual apenas em seu fator preventivo e como sabemos essa temática engloba diferentes vieses

A 4 e 5 pontuam a importância da Educação Sexual. Percebe-se que a Entrevistada 5 é a única que enfatiza a importância da Educação Sexual no sentido de desenvolver o aluno para a vida social, familiar e pessoal, ou seja saindo do que

costumeiramente vemos que é a Educação Sexual ser tratada em seu fator preventivo e biológico.

A segunda pergunta desse eixo questiona se o profissional se sente à vontade e preparado para falar sobre a temática com os alunos.

Sim. Inclusive em 2017, trabalhei na Escola um projeto sobre homofobia e encontrei muita resistência por parte dos alunos, é como se fosse um tabu falar sobre o assunto (Entrevista 1).

É um assunto importante e polêmico, acredito que o profissional da saúde está mais habilitado (Entrevistada 2).

Não me sinto totalmente preparada, porém me esforço bastante para conseguir sanar a situação com objetividade e clareza (Entrevistada 3).

Sim. Muito importante e necessária à formação cidadã (papel da escola). Na minha função exercida no momento eu estimulo professores e alunos a falar sobre o tema na escola (Entrevistada 4).

Sim. O tema é por demais importante e necessário o desenvolvimento no interior da unidade de ensino (Entrevistada 5)

A maioria das respostas mostraram-se afirmativas em relação a sentirem que estão preparados e à vontade para abordar essa temática. Apenas a Entrevistada 2 não responde sobre o seu preparo nem se fica à vontade ao tratar a temática, inclusive relata que o “profissional da saúde está mais habilitado” podendo inclusive transparecer a falta de interesse em abordar ou em buscar desenvolver a temática ou até mesmo a pontual confusão de que educação sexual é tratada pelo viés biologizante.

De acordo com Figueiró (2010):

O reconhecimento do papel da escola na Educação Sexual pode ser acentuado na medida em que há a conscientização de que, pela educação, especialmente a pública, é possível atingir um grande número de crianças e adolescentes (p.114).

A autora ainda ressalta a importância de a Educação Sexual ser um trabalho contínuo com maior chance de efetivação do que os trabalhos esporádicos por outros profissionais.

Um trabalho com maior chance de ser mais efetivo do que a alternativa de palestras esporádicas, feitas por profissionais convidados, por muito tempo adotada em nosso país (Idem, ibidem, p .115).

Percebe-se que essa temática precisa ser tratada na interdisciplinaridade entre diversos profissionais, pois requer a atuação de profissionais da saúde, do Serviço Social para despertar o entendimento da formação social incidindo na quebra de preconceitos existentes, onde o mesmo por atuar com a educação social pode

desenvolver bem essa temática nas escolas em conjunto com os profissionais da educação para que possam perceber as necessidades dos alunos e aplicar meios de intervenção.

#### **4.3. Estratégias e desafios postos a escola para aplicação da Educação Sexual**

Nesse segundo eixo, buscamos identificar quais estratégias a Escola utiliza ao trabalhar a temática, suas parcerias e o que aborda para contemplar ações extra sala, conhecer o Projeto Político Pedagógico no tocante ao quesito diversidade. Esse segundo eixo encontra-se dividido em 3 perguntas.

A primeira é referente as ações ou projetos na Escola voltadas para a Educação Sexual.

Não conheço (Entrevistada 1).

Palestras, documentários, debates (Entrevistada 2).

Sim. Durante as aulas com exposição de slides sobre o tema, debates e palestras com pessoas da área da saúde (Entrevistada 3).

Sim. Realizamos palestras, os professores de acordo com as séries, trabalham este conteúdo em sala de aula, entre outras ações (Entrevistada 4).

Sim. Os professores são orientados a desenvolverem o tema em sala de aula. Quando se faz necessário e convidado um mediador com especialidade na temática para uma melhor abordagem e conscientização. Com base no livro didático e a Base Nacional Comum Curricular (Entrevistada 5).

De acordo com as respostas das entrevistadas percebe-se que ações voltadas para contemplar as práticas extra sala como palestras, documentários e debates são ofertadas na Escola. Apenas a Entrevistada 1 relatou que não conhecia mesmo depois de ser questionada por uma segunda vez sendo novamente explicada a intenção da questão, mas não obtivemos o retorno da mesma. Com isso vamos considerar como predominância as demais, por apresentarem como maioria.

Podemos aqui refletir sobre os diversos fatores que impedem a ampliação deste tema, sendo a sobrecarga de trabalho dos mesmos, desconhecimento da importância do tema, ou ainda, deixar a critério da transversalidade e acabar não sendo trabalhado de forma séria por ninguém.

A segunda pergunta desse eixo foi utilizada no intuito de identificar se existem parcerias entre a Escola e outros órgãos que auxiliassem no desenvolvimento da temática.

Não conheço (Entrevistada 1).

Geralmente o professor encaminha ofício a Secretaria de Saúde ou convida algum médico para a palestra (Entrevistada 2).

Sim. Secretaria Municipal de Saúde, PSF, PSE, entre outras, poderíamos ter mais parcerias, vamos repensar algumas ações neste sentido (Entrevistada 3).

Sim com a Secretaria Municipal de Saúde, PSF, entre outras (Entrevistada 4)

Sim. A Escola está situada na área geográfica do município de Sousa. A mesma conta como parceiros a Secretaria Municipal de Saúde (PSF e NASF) Secretaria de Assistência Social e o PSE - Programa de Saúde na Escola. Contudo e preciso mais intensificação dos órgãos competentes para com o tema (Entrevistada 5).

E obtivemos como maioria, as respostas que dizem existir parcerias. Contudo chamo atenção para a Entrevistada 5 onde a mesma relata que deveria existir “mais intensificação dos órgãos competentes para o tema”, com isso a entrevistada nos mostra com o seu relato que a presença dessas parcerias deveria pontuar com mais ampliação ou mais frequência, ou seja que a interdisciplinaridade profissional trabalhasse com maior assiduidade.

A última pergunta procurava identificar se os profissionais conheciam sobre o Projeto Político Pedagógico e se o mesmo faz referência à diversidade sexual ou outros temas afins.

Não sei informar (Entrevistada 1).

Os PCN's propõem a temática como tema transversal (Entrevistada 2).

Com certeza de forma interdisciplinar principalmente nas disciplinas de Ciências e Biologia (Entrevistada 3).

Traz sim de forma interdisciplinar e no currículo das disciplinas de Ciências e Biologia (Entrevistada 4).

Sim. O Projeto Político Pedagógico faz referência de forma interdisciplinar e nos componentes Curriculares de Ciências e Biologia contemplados na área de Ciências da Natureza (Entrevistada 5).

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um instrumento que pensa sobre as propostas educacionais na escola. A comunidade escolar desenvolve um trabalho coletivo buscando executar os objetivos estabelecidos.

O PPP deve possibilitar aos membros da escola, uma tomada de consciência dos problemas e das possíveis soluções, estabelecendo as

responsabilidades de todos. A presença do debate democrático possibilita a produção de critérios coletivos no seu processo de elaboração, assimilando significados comuns aos diferentes agentes educacionais e colaborando com a identificação desses com o trabalho desenvolvido na escola (PORTELA; ATTA, 2001).

Já os PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais refere-se as diretrizes elaboradas pelo Governo Federal que orientam os educadores por meio da normatização de alguns aspectos relativos a cada disciplina. São norteadores e pode ser adaptado as peculiaridades locais.

Uma das maiores inovações atribuídas aos PCNs é a orientação sobre os chamados temas transversais, assim nomeados por não pertencerem a nenhuma disciplina específica, mas atravessarem todas elas como se a todas fossem pertinentes. Esses temas abordam valores referentes à cidadania e são eles: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural (MENEZES, 2001).

Nesse sentido os profissionais reconhecem a existência da temática nos documentos reguladores, contudo uma Entrevistada citou os PCNs e não o PPP como foi requisitado na questão. Uma afirmou não conhecer. E três relataram que existe de forma interdisciplinar nas disciplinas de Ciências e Biologia.

De acordo com Bonfim (2012) a vertente biológica ainda e a que impera na educação sexual, a mesma cita Aquino (1997, p. 111) que diz: “a educação sexual tem sua origem caracterizada pelo aspecto informativo, biologizante e repressivo as manifestações da sexualidade”. Podemos perceber que o link entre biologia e ciências quando se fala em educação sexual é imediato, demonstrando uma deficiência no que concerne a transversalidade com as outras disciplinas. Principalmente no que se refere ao debate social da mesma, dos direitos individuais, das liberdades e escolhas de cada indivíduo, um debate histórico que considere as opressões sofridas por grupos na sociedade, que são historicamente construídos, logo, necessitam de uma intervenção positiva e progressista para que se desconstruam.

#### **4.4. Capacitação dos educadores**

O referido eixo procura identificar se o profissional participou de algum curso ou capacitação que lhe proporcionasse mais conhecimentos sobre a temática. Esse eixo 3 contém 2 questões sobre capacitação profissional.

Sim, necessitam muito, pois é uma temática pouco abordada (Entrevistada 1).

Sim, pois o tema e amplo e não dispomos de material de apoio nem tampouco de orientações (Entrevistada 2).

Com certeza. Temos que estar preparados para esclarecer os questionamentos diversos que surgem quando destacamos a sexualidade (Entrevistada 3).

Sim. Toda capacitação e bem-vinda (Entrevistada 4).

Sim. Na minha concepção capacitação/formação nessa linha é sempre relevante, pois o professor irá aprimorar os seus conhecimentos e informações para trabalhar com o público alvo que é adolescentes e jovens (Entrevistada 5).

As Entrevistadas responderam de forma unanime, todas concordam que é necessário capacitação específica para trabalhar com a temática, onde 3 destacaram a importância de estarem preparadas e a Entrevistada 1 menciona que a temática é pouco abordada pode-se perceber a falta de planejamento e pouca quantidade de ações e a Entrevistada 2 relatou a falta de materiais denotando também ausência de planejamento e omissão com o tema por parte do Estado.

Segundo Bonfim (2012), existe uma lacuna na formação e nos livros didáticos, pois os que circulam não passam de noções de anatomia e descrições de métodos contraceptivos, enquanto a formação a mesma sustenta que “nas matrizes curriculares dos cursos de formação de professores, não há ainda, de maneira geral, uma disciplina fundamental que trate da sexualidade humana para além do enfoque biológico” (p.17).

A segunda questão é direcionada para saber se o profissional já participou de algum curso de capacitação para abordar essa temática.

Sexualidade na Escola, tabus sobre a sexualidade (Entrevistada 1).

Sexualidade e gravidez na adolescência, curso de 40 h/a (Entrevistada 2).

Não (Entrevistada 3).

Geralmente os cursos de formação continuada que são ofertados pelo Governo do Estado não trazem esta temática (Entrevistada 4).

Não (Entrevistada 5).

Apenas 2 Entrevistadas participaram de curso de capacitação, a maioria não participou onde a Entrevistada 3 relatou que o Estado quando oferece cursos de formação não trazem esta temática. Com isso confirmamos o pouco caso delegado ao tema, onde além de deixá-lo na transversalidade não oferta meios para que o mesmo apareça ou sobressaia.

#### 4.5. Aceitação e rejeição: como a Educação Sexual é recebida por pais e estudantes

Trataremos esse eixo como um observador da relação da família e dos estudantes com relação a Educação Sexual. Estando dividido em 3 questões

Ao questionarmos se existe resistência por parte da família representado pelos pais, a maioria das respostas foram para não, ou seja, na Escola não há registro de restrição da família na abordagem da Educação Sexual na Escola. Apenas 1 resposta se mostrou contrária, onde a professora relata que os pais consideram imoral falar sobre sexo e sexualidade. Contudo a resposta da professora por conter uma clara brevidade não podemos identificar se ocorreu alguma situação com reclamações por parte de algum pai ou responsável ou se a resposta foi baseada nas impressões da profissional.

Sim, alguns pais consideram imoral tratar essa temática com os alunos (Entrevistado 1).

Não. Os alunos gostam da temática, têm os tímidos que não opinam, mas também não reclamam (Entrevistado 2).

Não. Do meu conhecimento não (Entrevistado 3).

Até o momento não tivemos nenhum problema neste sentido (Entrevistado 4).

Até o momento nenhum pai e ou responsável reclamou sobre a metodologia trabalhada pelos docentes (Entrevistada 5).

Destoando da movimentação nacional contrários a educação sexual nas escolas, as respostas no surpreendem pelo fato de não haver oposição quanto o mesmo. No entanto, refletimos que esta falta de objeção possa ser reflexo da falta de participação dos pais nos assuntos escolares dos filhos de maneira geral. Neste caso, não haveria nem conhecimento do que está sendo trabalhado na escola, por isso não há muitas objeções.

O segundo questionamento era sobre a demanda da Educação Sexual, objetivávamos com o mesmo, obter relatos de situações vivenciadas pelos alunos frente a temática. A resposta da entrevistada 5 despertou a curiosidade sobre um levantamento para identificar se há algum intervalo de ano que não registre gravidez na adolescência ou se a oferta de oficinas poderia mudar esse quadro. Contudo essa questão poderá servir de proposta para estudos posteriores, visto que a sequência de 2 anos consecutivos para 3 adolescentes nota-se uma quantidade significativa.

Em relação a sexualidade, Bonfim (2012, p. 67) orienta para que falem de outra forma dizendo que “é bonita, prazerosa, que representa a celebração da vida – sem deixar, é claro, de conscientizar os adolescentes de que, como tudo na vida, ela exige maturidade física, psicológica e o tempo certo para acontecer”.

Sim, as vezes eles questionam sobre homossexualidade, virgindade etc. (Entrevistado 1).

Sim. Se em uma relação dá para engravidar se o coito interrompido e seguro. (Entrevistado 2).

Aparece constantemente. São diversas, desde como são os órgãos genitais até as doenças sexualmente transmissíveis, ejaculação, ereção, orgasmo, entre outras (Entrevistado 3).

Aparece sim. Não diria dúvidas, diria curiosidades, porque hoje em dia eles tem muito acesso a redes sociais e acabam lendo e se orientando através deste meio (Entrevistado 4).

A escola informou no Censo Escolar/PSE, o número de 03 adolescentes grávidas no ano letivo de 2018, as mesmas concluíram o ano letivo com aprovação. Quanto ao ano letivo de 2019 a escola já conta com 03 adolescentes grávidas (Entrevistada 5).

A resposta da Entrevistada 4 que relata sobre as curiosidades serem sanadas na internet, já foi discutido nesse trabalho onde Bonfim (2012) relata que eles têm acesso a informações, mas não conseguem saber sobre sexualidade, visto que esse meio de busca pode transmitir ensinamentos equivocados, gerando construções de uma visão repressiva, banal, quantitativa e mercantilista da sexualidade. A internet não esclarece a sexualidade, essas curiosidades dos jovens acabam em sites pornôes que em virtude da mercantilização promovem situações degradantes para o corpo e isso passa a ser reproduzido.

A última questão buscou saber como os alunos se comportavam ao falar dessa temática. A maioria das respostas apresentaram a palavra curiosidade e de acordo com Bonfim (2012, p. 67) “quanto mais silêncio se faz sobre um assunto, mais curiosidade ele provoca. Dessa forma, a sexualidade tem de ser abordada de maneira tranquila, natural” nesse sentido essa curiosidade representada pela falta de falar mais sobre o tema, porque é um tema amplo e requer uma quantidade grande de ações e planejamentos.

Uns gostam e outros (principalmente os evangélicos odeiam) é difícil trabalhar o tema (Entrevistado 1).

Curiosidade (Entrevistado 2).

Muita curiosidade, ansiedade e participação (muitas dúvidas) (Entrevistado 3).

Curiosidade, risadas, alguns questionam (Entrevistado 4).

Curiosidade, interesse, participação e motivados (Entrevistada 5).

Bonfim (2012) indica que devemos orientar, esclarecer, mostrar os limites, as consequências, apontar outras necessidades do momento. E que essa é uma fase de descobertas, confusão, angústias e ansiedade. Nesse meio conflituoso podem surgir experiências prazerosas ou frustrantes. Portanto conduzir o estudante para que ele entenda e conheça a si mesmo é o meio de conduzir a criança e o adolescente para o desenvolvimento do seu ser. Para além é importante que o estudante seja estimulado a se posicionar criticamente, para entender os fios invisíveis do que ficou mascarado pelas intenções da sociedade capitalista.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possibilitou uma análise de como o conteúdo de Educação Sexual está sendo trabalhado em uma Escola Estadual, uma reflexão acerca da transversalidade e dificuldades encontradas para trabalhar com a temática, visto que o tema deste trabalho surgiu da observação do Programa Meu Bebê no campo de estágio, onde em alguns relatos destas participantes podemos perceber que em consequência da gravidez na adolescência se dava a evasão escolar.

Partindo do objetivo de analisar o processo de Educação Sexual de uma escola estadual na cidade de Sousa na Paraíba podemos perceber por meio da pesquisa que a transversalidade, corroborando com as ideias de Figueiró (2010) impõe limites pela formação, e refere-se aos dois tipos de formação, a pessoal que traz as impressões culturais da sociedade patriarcal que estamos inseridos podendo conter conservadorismo e assim impedir a transgressão do tema, e a formação profissional que aponta o seu viés de precariedade por não possuir disciplinas que sejam basilares na formação deste profissional.

Outro fator prejudicial que não proporciona o entendimento da relevância de se ter educação sexual é o conceito equivocado de que adolescente tem como sanar suas dúvidas, pois eles têm acesso a internet. Contudo, essa falta de orientação com explicações corretas e adequadas é o problema causador da banalização sexual, pois baseiam em um meio unicamente voltado a mercantilização.

Considerando as falas podemos contemplar que poucas ações são realizadas, a escola requisita uma intersectorialidade profissional para tratar do tema, além de não dispor de materiais suficientes e nem de capacitação pertinente para abordar a temática.

Com relação a temática percebe-se que os profissionais a consideram importante, contudo a realidade da falta de capacitação contínua impõe barreiras, limites e faz com que o tema passe despercebido, visto que o Estado não fornece capacitação contínua para essa temática. E como foi apontado na entrevista alguns profissionais delegam esse tema como prioridade das disciplinas de Ciências e Biologia acarretando para as mesmas a responsabilidade de ofertar o tema e abrindo mão da responsabilidade da transversalidade para as demais disciplinas.

Para trabalhos futuros poderíamos indicar um estudo de análise, partindo da implementação de oficinas, debates, orientações críticas nas escolas para se obter

a observação dos agravos causados pela ausência da Educação Sexual, para tanto uma equipe multidisciplinar para atuar no planejamento, implementação e levantamento dos dados. Outro fator que gostaríamos de pontuar sobre a frequência que a temática é tratada para o extrassala, pois o fato de relatar que a escola oferece palestras, debates não estabelece apoio para firmar que esta escola promova educação sexual, visto que essas palestras e debates se não forem apresentadas constantemente não tem como atingir todo o alunado.

Este trabalho objetiva chamar atenção para uma atuação mais efetiva da Educação Sexual, para um olhar dos diferentes profissionais, visto que o seu desenvolvimento está condicionado pelo avanço do conservadorismo, nesse sentido os profissionais da saúde, da assistência social e da educação; precisam planejar e desenvolver estratégias que visem a extinção de todas as formas de preconceito, no amparo ao respeito à diversidade, no posicionamento crítico da formação sempre baseada nos valores da liberdade e do respeito para que as ações melhorem as relações e situações adversas da sociedade e contribua para a formação do ser.

## REFERÊNCIAS

AHLERT, Alvorí. **O neoliberalismo e as políticas educacionais no Brasil nas décadas de 1980 e 1990**. Belo Horizonte, v. 4, n. 7, p. 125-140. 2005. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/531/558>>.

Acesso em: 07 mai. 2019.

AZEVEDO, Halan. **Casos de HIV aumentam 2.350% em dez anos entre jovens na Pb. 2019**. Disponível em: <<https://portalcorreio.com.br/casos-de-hiv-aumentam-2-350-em-dez-anos-entre-jovens-na-pb/>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

AZEVEDO, Walter Fernandes; DINIZ, Michele Baffi; FONSECA, Eduardo Sergio Valério Borges; AZEVEDO, Lícia Maria Ricarte; EVANGELISTA, Carla Braz.

**Complicação da gravidez na adolescência: revisão sistemática da literatura**.

2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/eins/2015nahead/pt\\_1679-4508-eins-S1679-45082015RW3127.pdf](http://www.scielo.br/pdf/eins/2015nahead/pt_1679-4508-eins-S1679-45082015RW3127.pdf)>. Acesso em: 14 fev. 2019.

BARBOSA, Josusmar. **Feminicídio: Paraíba ocupa 12º lugar no país e Justiça prepara enfrentamento**. 2018. Disponível em:

<[http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida\\_urbana/feminicidio-paraiba-ocupa-12o-lugar-no-pais-e-justica-prepara-enfrentamento.html](http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/feminicidio-paraiba-ocupa-12o-lugar-no-pais-e-justica-prepara-enfrentamento.html)>. Acesso em: 15 abr. 2019.

BONFIM, Cláudia. **Desnudando a educação sexual**. Campinas. São Paulo. Papyrus, 2012. – (Coleção Papyrus Educação)

BRANDAO, Elaine Reis; LOPES, Rebecca Faray Ferreira. “**Não é competência do professor ser sexólogo**” **O debate público sobre gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação**. Civitas, Rev. Ciênc. Soc. Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 100-123, Apr. 2018. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-60892018000100100&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-60892018000100100&lang=pt)>. Acesso em: 07 mar. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 23 mai. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.171**, de 05. 01. 2001. Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2001. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LEIS\\_2001/L10171.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10171.htm)>. Acesso em: 23 mai. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25.06. 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)>. Acesso em: 24 mai. 2019.

BUENO, Rita de Cassia Pereira. **A história da criação do Papo Jovem: Um projeto de educação sexual integrado ao currículo de uma escola de ensino fundamental e médio**. 2018. Disponível em:

<<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vi>

[ewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=5981837](#)>. Acesso em: 20 mar. 2019.

CNBB. **CNBB divulga nota sobre a inclusão da ideologia de gênero nos Planos de Educação**. 18 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/cnbb-divulga-nota-sobre-a-inclusao-da-ideologia-de-genero-nos-planos-de-educacao/>>. Acesso em: 23 mai. 2019.

CORDEIRO, Vinicius. **Vídeo de Damares falando que princesa da Disney é lésbica viraliza**. 2019. Disponível em: <<https://paranaportal.uol.com.br/gente/damares-fala-que-princesa-disney-e-lesbica-viraliza-xuxa-critica/>>. Acesso em: 14 mai. 2019.

CURY. Carlos Roberto Jamil. **Por um novo plano nacional de educação**. Cad. Pesqui. São Paulo, v. 41, n. 144, p. 790-811, Dec. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n144/v41n144a08.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2018.

DADOORIAN, Diana. **Gravidez na adolescência: um novo olhar**. Brasília, v. 23, n. 1, p. 84-91. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932003000100012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000100012)>. Acesso em: 15 fev. 2019.

**Fake News**. 2018. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/fake-news/>>. Acesso em: 09 mai. 2019.

FERNANDES. Cláudio. **"O que foi o Estado Novo?"**; Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-foi-estado-novo.htm>>. Acesso em: 23 maio 2019.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação Sexual: retomando uma proposta, um desafio**. 3. ed. rev. e atual. – Londrina: Eduel, 2010.

FOUCAULT. Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 7ª ed., Rio de Janeiro / São Paulo. Paz e Terra, 2018.

G1. **É#FAKE que Haddad criou 'kit gay' para crianças de seis anos**. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/16/e-fake-que-haddad-criou-kit-gay-para-criancas-de-seis-anos.ghtml>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

LDB – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Disponível em: <<https://www.suapesquisa.com/educacaoesportes/ldb.htm>>. Acesso em 30 abr. 2019.

**Lei ordinária 11166/2018**. Disponível em: <<http://www.al.pb.leg.br/leis-estaduais>>. Acesso em: 09 mai. 2019.

Lei ordinária nº 2.734/2017. Proíbe, as atividades Pedagógicas que visem à reprodução de conceito de ideologia de gênero na grade de ensino da rede municipal e da rede privada do município de Sousa- Paraíba, e dá outras providências. 2017. Disponível em: <<https://www.camarasousa.pb.gov.br/leis.php?Descr=Ideologia+de+genero&Exer=&Num=&dtini=&dtfim=&cat>>. Acesso em: 23 maio 2019.

LENZI, Tié. **O que é Lobby?**; Toda Política. 2018. Disponível em: <<https://www.todapolitica.com/lobby/>>. Acesso em: 23 maio 2019.

MAIA, William. **Aprovação do PNE está empenhada há dois anos por disputa de interesses, dizem especialistas**. 2013. São Paulo. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2013/03/04/para-especialistas-disputa-de-interesses-emperra-aprovacao-do-novo-pne.htm>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbetes PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrazil.com.br/pcns-parametros-curriculares-nacionais/>>. Acesso em: 05 de jun. 2019.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbetes **PDE (Plano de Desenvolvimento da Escola)**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrazil.com.br/pde-plano-de-desenvolvimento-da-escola/>>. Acesso em: 29 de mai. 2019.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbetes **Declaração de Jomtien**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrazil.com.br/declaracao-de-jomtien/>>. Acesso em: 30 de abr. 2019.

MEYER, Fabricio. Análise do jogo “trilha da proteção”- **como auxiliar na diminuição da vulnerabilidade para a violência sexual infantil**. 2017. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vi-ewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=5016016](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vi-ewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5016016)>. Acesso em: 20 mar. 2019.

MINAYO, M. C. S. DESLANDES, S. F; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 32. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Ministério da saúde. **Notificação compulsória imediata dos casos de violência sexual e tentativa de suicídio**. 16 de maio de 2018. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/component/content/article/950-saude-de-a-a-z/violencia-e-acidentes/43262-notificacao-compulsoria-imediata-dos-casos-de-violencia-sexual-e-tentativa-de-suicidio>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

Ministério da saúde. **Saúde divulga diretrizes para atendimento a vítimas de violência sexual. 20 de outubro de 2015**. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/noticias/svs/20306-saude-divulga-diretrizes-para-atendimento-a-vitimas-de-violencia-sexual>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Vigilância, Prevenção e controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites**. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

MOREIRA, Anderson Juarez. **Buscando janelas: o percurso da pauta LGBT NO PNE 2014'** 30 mar. 2016 111 f. Mestrado em educação Instituição de Ensino: Universidade Federal do Paraná, Curitiba Biblioteca Depositária: Biblioteca do Setor Humanas. Disponível em:

<[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=3585624](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3585624)>. Acesso em 02 maio 2019.

MOTA JUNIOR, William Pessoa. **O Banco Mundial e a contrarreforma da educação superior brasileira no governo Lula da Silva (2003-2010)**. Avaliação (Campinas), Sorocaba, v. 24, n. 1, p. 213-233, mai. 2019. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-40772019000100213&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772019000100213&lang=pt)>. Acesso em: 29 mai. 2019.

MUNDIM, Izabelle. **O que e a ideologia de gênero que foi banida dos planos de educação afinal?**; UolEducação. São Paulo. 2015. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2015/08/11/o-que-e-a-ideologia-de-genero-que-foi-banida-dos-planos-de-educacao-afinal.htm>>. Acesso em: 23 maio 2019.

NETO, XAVIER CARVALHO DE SOUSA. **Plano Nacional de Educação. PNE 2001-2010: análise de fatores que influenciaram sua implementação no âmbito da União'** 10/12/2013 365 f. Mestrado Profissional em Educação; Instituição de Ensino: Universidade de Brasília, Brasília Biblioteca Depositária: BCE UNB. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/15315>. Acesso em: 29 abr. 2019.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010. – (Biblioteca básica de serviço social; v. 1)

O GLOBO. **Em vídeo de 2013, Damares disse que turistas vão a hotéis fazenda 'de fachada' para 'transar com animais'**. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/em-video-de-2013-damares-disse-que-turistas-vao-hoteis-fazenda-de-fachada-para-transar-com-animais-23379659>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

PACIEVITCH, Thais. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Info Escola. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/educacao/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao/>>. Acesso em: 23 maio 2019.

PORTELA, Adéli Luiza e ATTA, Dilza Maria Andrade. **A dimensão pedagógica da gestão da educação**. In: RODRIGUES, Maristela Marques, GIÁCIO, Mônica (orgs.). PRASEM III. Guia de consulta. Brasília. FUNDESCOLA. MEC. 2001, p. 119-158. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/educacao/projeto-politico-pedagogico/>> . Acesso em: 05 jun. 2019.

RUSSAR, Andrea. **Brasil: A Laicidade e a Liberdade Religiosa desde a Constituição da República Federativa de 1988**. 2012. Disponível em:<<http://egov.ufsc.br/portal/conteudo/brasil-laicidade-e-liberdade-religiosa-desde-constitui%C3%A7%C3%A3o-da-rep%C3%BAblica-federativa-de-1988>>. Acesso em: 10 julh. 2019.

SALGADO, Daniel. **Atlas da violência 2018: Crianças são maiores vítimas de estupro no país**. 05/06/2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/atlas-da-violencia-2018-criancas-sao-maiores-vitimas-de-estupro-no-pais-22747251>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

SALVADOR, Evilasio. **Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo**. São Paulo. n.104, p. 605-631. 2010. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/8770>>. Acesso em: 06 maio 2019.

SANTOS. Camila de Lima. **O Plano Nacional de Educação de Fernando Henrique Cardoso a Dilma Rousseff: Estudo comparativo**. 2012. Disponível em: <[http://www.dfe.uem.br/TCC/Trabalhos\\_2012/CAMILA\\_LIMAS.PDF](http://www.dfe.uem.br/TCC/Trabalhos_2012/CAMILA_LIMAS.PDF)>. Acesso em: 12 set. 2018.

SIGNIFICADOS. **Significado de Etnocentrismo**. 2016. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/etnocentrismo/>>. Acesso em: 21 maio 2019.

SILVA, CARMEN LUIZA DA. **Plano Nacional de Educação - PNE 2014/2024: Evidências da Conciliação Política'** 15/12/2014 117 f. Doutorado em Educação; Instituição de Ensino: Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba Biblioteca Depositária: Sydney Lima Santos. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=2145535](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2145535). Acesso em: 29 abr. 2019.

SILVA. Ivanderson Pereira da. **Em busca de significados para a expressão "ideologia de gênero"**. Educ. rev., Belo Horizonte, v. 34, e190810, 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-46982018000100186&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100186&lang=pt)>. Acesso em: 16 mai. 2019.

SOUSA. Rainer Gonçalves. **"O ato adicional de 1834"**; Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/o-ato-adicional-1834.htm>>. Acesso em: 23 maio 2019.

SUAPESQUISA.COM. **Keynesianismo**. Disponível em: <<https://www.suapesquisa.com/economia/keynesianismo.htm>>. Acesso em: 23 maio 2019.

TORRAO FILHO, Amílcar. **Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam**. Cad. Pagu, Campinas, n. 24, p. 127-152, June 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332005000100007&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332005000100007&lang=pt)>. Acesso em: 07 mar. 2019.

VERDÉLIO. Andréia. **Educação de gênero na escola previne feminicídios, dizem especialistas**. 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-09/educacao-de-genero-na-escola-previne-femicidios-dizem-especialistas>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

WIKIPÉDIA. **Biografia de Wilhelm Reich**. 2019. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Wilhelm\\_Reich](https://pt.wikipedia.org/wiki/Wilhelm_Reich)>. Acesso em: 12 abr. 2019.

WIKIPÉDIA. **Heteronormatividade**. 2019. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Heteronormatividade>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

## APÊNDICE A



## CARTA DE APRESENTAÇÃO

Sousa, 13 de maio de 2019.

**Assunto: Solicitação para realização de pesquisa**

Prezada Diretoria da Escola Normal Estadual José de Paiva Gadelha

Solicitamos a colaboração desta instituição no desenvolvimento de uma pesquisa referente ao trabalho de conclusão de curso (TCC) de nossa acadêmica Edjane Bernardo Mariz, do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande. Ademais, pedimos autorização para que a mesma possa realizar entrevistas e questionários simples com alguns profissionais, sendo eles: professores, equipe pedagógica, bem como com a diretoria. A pesquisa precisa ser realizada ainda neste mês de maio.

A pesquisa tem como objetivo: “Analisar as concepções dos profissionais da rede pública de educação sobre o ensino de Educação Sexual nas escolas”, com orientação da professora Vanessa Eidam.

Desde já agradecemos a colaboração e colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Vanessa Eidam  
Professora Orientadora

Profa Vanessa Eidam  
Fone: 42 991241377  
Email: [vanessaeidam@hotmail.com](mailto:vanessaeidam@hotmail.com)

Edjane Bernardo Mariz  
Fone: 83 99383826  
Email: [edjanemariz@hotmail.com](mailto:edjanemariz@hotmail.com)

## APÊNDICE B



## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ILMO(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo a participar da pesquisa sobre a seguinte temática: “Educação Sexual nas escolas”. A mesma será desenvolvida por Edjane Bernardo Mariz, graduanda em Serviço Social pela Unidade Acadêmica de Direito (UAD), do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), *Campus Sousa*– PB, sob orientação da/o Profa. Me. Vanessa Eidam. Tem como objetivo principal “Analisar as concepções dos profissionais da rede pública de educação sobre o ensino de Educação Sexual na escola”.

A participação dos sujeitos da pesquisa na entrevista e/ou na aplicação do questionário é voluntária, portanto, não será obrigatória a esses sujeitos fornecerem informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelas pesquisadoras. Caso não participe, ou resolver a qualquer momento desistir de participar, não haverá nenhum dano e prejuízo, nem haverá modificação no percurso desta pesquisa.

Para o seu desenvolvimento da pesquisa, serão utilizadas as técnicas de coleta de dados através da entrevista e da aplicação dos questionários, em seguida, serão feitos os procedimentos de tratamento dos dados coletados, após esta etapa, haverá um retorno aos sujeitos participantes para que tenham conhecimento do material que ajudaram a construir.

Assim, solicito a sua permissão, para apresentar os resultados deste estudo em eventos científicos. Nisso, será garantida a privacidade dos dados e informações fornecidas, que se manterão em caráter confidencial. Por ocasião da publicação dos resultados, o nome e/ou imagens dos sujeitos envolvidos serão mantidos em sigilo. A pesquisadora responsável estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa. Fica registrado também, que tenho conhecimento de que essas informações, dados e/ou material serão usadas

pela responsável da pesquisa, com propósitos de divulgá-los em meios científicos especializados.

Eu, \_\_\_\_\_,  
declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participação na pesquisa e para a publicação dos resultados. Estou ciente e acuso recebimento de uma cópia deste documento.

Sousa, \_\_\_\_\_ de maio de 2019

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) entrevistado (a)

\_\_\_\_\_  
Assinatura da Pesquisadora

Contatos da pesquisa:

UAD/CCJS/UFCG – Rodovia Governador Antônio Mariz, BR 230 - KM 466,5, S/N –  
Jardim Brasília–Sede II – Sousa/PB Fone: (83) 3521-3251/ 3552.

Edjane Bernardo Mariz – fone: (83) 993838826

## APÊNDICE C



Esta pesquisa será realizada pela acadêmica Edjane Bernardo Mariz, do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande. Tem por objetivo entrevistar trabalhadores da área da educação para obter informações acerca da educação sexual.

## QUESTIONÁRIO PESQUISA PARA CORPO DOCENTE E TÉCNICO

**DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Pseudônimo escolhido: \_\_\_\_\_

Email: \_\_\_\_\_

Formação básica:

Graduação: \_\_\_\_\_

Pós-Graduação: ( ) Sim ( ) Não

Qual: \_\_\_\_\_

**Eixo 1 – Visão dos profissionais da Escola sobre a temática da Educação Sexual**

1 - Qual a sua percepção sobre a educação sexual nas escolas?

---



---



---



---



---

2 - Você se sente à vontade e preparado para falar sobre a temática com seus alunos? Considera importante? Justifique.

---



---



---



---

## **Eixo 2 – Estratégias utilizadas pela Escola para o desenvolvimento da temática**

3 – Existem ações na escola voltadas à educação e diversidade sexual? Quais ações ou projetos são desenvolvidos para o trabalho com o tema nesta unidade?

---



---



---



---

4 – Existem parcerias entre esta escola e outros órgãos (ONG's, Secretaria de Educação, Saúde e demais instituições) para trabalhar este tema na unidade? Quais?

---



---



---



---

5 – O Projeto Político Pedagógico desta instituição de ensino faz referência à diversidade sexual ou outros temas afins?

---



---



---



---

## **Eixo 3 – Capacitação dos professores**

6 – Na sua concepção, os professores necessitam de capacitação específica para trabalhar com a temática da educação sexual? Justifique.

---



---



---

7 - Além da formação acadêmica, já fez algum curso de capacitação voltado para a questão da sexualidade? (            ) Sim (            ) Não Quais?

---

---

---

**Eixo 4 – Reação de estudantes e família de estudantes diante da temática**

8 – Existe alguma resistência por parte da família ao realizar esta temática na escola?  
Já houve alguma situação de reclamação por parte dos pais?

---

---

---

---

9 – A demanda da Educação Sexual aparece ou já apareceu para você por parte dos alunos? Quais as dúvidas mais frequentes?

---

---

---

10 – Na sala de aula ou em projetos específicos, qual a principal reação dos/as estudantes ao se tratar esta temática?

---

---

---

---